



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 36

TERÇA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 20ª SESSÃO, EM 8 DE MARÇO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

— Nº 084/93, comunicando que foi constatada inexatidão material devida a lapso manifesto nos autógrafos referentes ao Projeto de Lei da Câmara nº 157/92 (nº 3.423/93, na origem), que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Monetário Nacional e solicita que seja feita a retificação mencionada.

1.2.2 — Requerimento

— Nº 214/93, de autoria do Senador Raimundo Lira, solicitando concessão de licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 8 a 12 de março corrente. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Nº 215/93, de autoria do Senador Pedro Teixeira, solicitando licença para afastamento dos trabalhos da Casa, no período de 9 a 10 do mês em curso. **Votação adiada por falta de quorum.**

Nº 216/93, de autoria do Senador Magno Bacelar solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo publicado no *Jornal do Brasil*, de 7-3-93, intitulado "O Livro Brasileiro no Pelourinho" de autoria do escritor e jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

1.2.3 Ofício

Nº 30/93, do Senador Irapuan Costa Júnior, encaminhando relatório da delegação do Congresso Nacional em visita oficial à Rússia.

1.2.4 Comunicação da Presidência

— Recebimento do Ofício nº S/25, de 1993 (nº 693/93, na origem), através do qual o Governo do Estado do Paraná

solicita autorização para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná, para os fins que especifica.

1.2.5 Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Resultados de pesquisa sobre os males do fumo, divulgada recentemente em congresso médico nos Estados Unidos da América. Necessidade do cumprimento da Resolução nº 94/92, que proíbe o uso do fumo no plenário do Senado Federal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY — Premência da votação do Orçamento da União para o exercício de 1993. Apelo ao Presidente do Senado para que determine ao Prodasen a ligação dos terminais de computadores dos gabinetes dos Srs. Senadores ao Sistema Orçamento/93. Considerações sobre a indicação do Sr. Eliseu Rezende para Ministro da Fazenda.

SENADOR MAGNO BACELAR — "Dia Internacional da Mulher".

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA — Campanha gratuita do plebiscito sobre forma e sistema de governo. Dia Internacional da Mulher.

1.2.6 — Requerimento

— Nº 217/93, de autoria do Senador Irapuan Costa Júnior, encaminhando ao Ministro de Estado da Justiça informações que menciona.

1.3 ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 29/92, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar. **Discussão encerrada**, após parecer de Plenário favorável à Emenda, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Projeto de Resolução nº 30/92, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar. **Votação adiada**, por falta de quorum.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MALA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 264/91 (nº 3.490/93, naquela Casa,) que estabelece normas de contribuição ao INSS dos clubes de futebol profissional, parcelamento dos débitos e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Projeto de Lei da Câmara nº 5/93 (nº 3.520/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, O Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. **Discussão encerrada**, após parecer de plenário favorável, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Proposta de Emenda à Constituição nº 2/93 (nº 48/91, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos da Constituição Federal (Sistema Tributário Nacional). **Discussão encerrada em 2º turno**, tendo usado da palavra os Srs. Guilherme Palmeira e Nabor Júnior.

Projeto de Lei do Senado nº 394, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Moisés Abrão, que altera a redação do parágrafo 2º do art. 2º e do parágrafo 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 24, de 7 de Janeiro de 1975. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.3.1 Discussão após a Ordem do Dia

SENADOR AUREO MELLO — Dia Internacional da Mulher.

SENADOR JOÃO FRANÇA — Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1992, de sua iniciativa, alterando a demarcação das terras indígenas.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Requerimento de informações, a ser encaminhado ao Ministro da Justiça, sobre o cumprimento de normas de segurança no âmbito da produção de equipamentos para a indústria petroquímica.

SENADOR RONALDO ARAGÃO — Descaso do Governo de Rondônia com os municípios do sul do Estado, governados por oposicionistas.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Apoio às propostas da Federação Nacional de Comércio Varejista de Combustíveis e das Empresas de Garagens que reivindicam melhor remuneração para o setor.

1.3.2 — Comunicação da Presidência

— Em virtude do comparecimento do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Eliseu Rezende, ao plenário do Senado, não serão designadas matérias para a Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — RETIFICAÇÃO

Ata da 242ª Sessão, realizada em 18-11-92

3 — ATOS DO PRESIDENTE

Nº 160 a 163, de 1993

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

TES

Ata da 20ª Sessão, em 8 de março de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Chagas Rodrigues

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo — Albano Franco — Alufzio Bezerra — Bello Parga — Carlos Patrocínio — Chagas Rodrigues — El-

cio Álvares — Epitácio Cafeteira — Esperidião Amin — Flávio Melo — Francisco Rollemberg — Guilherme Palmeira — Humberto Lucena — João Calmon — João França — José Paulo Bisol — Jutahy Magalhães — Lourival Baptista — Magno Bacciar — Mauro Benevides — Nabor Júnior — Ronaldo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 22 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

SGM-P/084/93 Brasília, 17 de fevereiro de 1993.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi constatada inexistência material devida a lapso manifesto nos autógrafos referentes ao Projeto de Lei nº 3.423, de 1992, que “dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Monetário Nacional”, encaminhado para revisão dessa Casa em 23 de dezembro de 1992.

Dando conhecimento do fato a Vossa Excelência, solicito se digne determinar as providências necessárias no sentido de proceder à seguinte retificação:

Incluir, após o inciso V do art. 1º, o seguinte inciso VI, renumerando-se os demais:

“VI — Ministro de Estado da Previdência Social.”

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e apreço. — **Inocência Oliveira**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência determina que o ofício lido seja publicado em avulsos, para que fique à disposição dos Srs. Senadores, juntamente com os avulsos do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 1992, ao qual se refere.

Tendo em vista que o projeto foi aprovado nesta Casa em regime de urgência e devolvido à Câmara dos Deputados com emendas, a Presidência determina a inclusão da matéria em Ordem do Dia da sessão ordinária de quarta-feira, quando deverá ser proferido o parecer em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos para, em seguida, ser discutida e votada novamente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Exmº Sr. Senador Humberto Lucena

DD. Presidente do Senado Federal

REQUERIMENTO Nº 214, DE 1993

Requeiro a essa Presidência, nos termos do artigo 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, concessão de LICENÇA (abono de faltas), para ausentar-me dos trabalhos desta CASA, durante o período de 8 a 12 de março corrente, tendo em vista viagem que farei à Paraíba, com a finalidade de cumprir compromissos políticos naquele Estado.

Sala das Sessões, 8 de março de 1993. — Senador **Raimundo Lira**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Votação do requerimento fica adiada por falta de quorum.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 215, DE 1993

Requeiro, com fulcro no art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerado com licença autorizada o meu afastamento dos trabalhos da Casa nos dias 9 e 10 do mês em curso, período em que estarei ausente do País em viagem a Argentina, a convite do Governador do Distrito Federal.

Sala das Sessões, 8 de março de 1993. — Senador **Pedro Teixeira**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A votação do requerimento fica adiada por falta de quorum.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 216, DE 1993

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do artigo 210 do Regimento Interno, autorizar a transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo publicado no **Jornal do Brasil**, de 7-3-93, intitulado “O Lloyd Brasileiro no Pelourinho” de autoria do escritor e jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

Sala das Sessões, 8 de março de 1993. — Senador **Magno Bacelar**, Líder do PDT no Senado Federal.

(Ao exame da Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Of. nº 30/93

Brasília, 3 de março de 1993

Senhor Presidente:

Tendo chefiado delegação do Congresso Nacional à Rússia, a convite do Soviete Supremo, de 5 a 12 de fevereiro deste ano, faço chegar às mãos de Vossa Excelência os seguintes documentos:

1. Relação dos integrantes da Delegação
2. Programa da visita
3. Notas de viagem
4. Cópia da carta enviada ao Presidente do Soviete Supremo.

Sendo só o que se me apresenta para o momento, prevaleço-me da ocasião para reiterar-lhe protestos de minha real estima e apreço.

Atenciosamente, Senador **Irapuan Costa Júnior**.

COMITIVA OFICIAL DE VISITA À RÚSSIA

— 5 a 12 de fevereiro de 1993 —

Senadores: **Amir Lando**
Cid Sabóia de Carvalho
Irapuan Costa Júnior
Jonas Pinheiro
Júnia Marise
Lavoisier Maia
Valmir Campelo

Deputados: Celso Bernardi
Chico Vigilante
Costa Ferreira
Liberato Caboclo
Manoel de Castro
Paulo Lima
Ruben Bento

**PROGRAMA DE VISITA OFICIAL À RÚSSIA
DE DELEGAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL**

Moscou, de 7 a 13 de fevereiro de 1993

7/02

22:10 — Chegada da delegação parlamentar brasileira na sala VIP do aeroporto Sheremetvo 2. O Deputado e Vice-Presidente do Comitê para Assuntos Internacionais e Relações Econômicas com o Exterior, Iona Andronov, com delegação de, aproximadamente, dez pessoas (possivelmente o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, G. Mamedov), recepcionará a parte brasileira. Conversa de 30 minutos. Estarão presentes do lado brasileiro, além do Embaixador Rego Barros, a Conselheira Maria Elisa Berenguer, o Secretário Carlos Martins Ceglia, o Sr. Natanael, o Alberto e Sacha.

23:10 — Chegada no Hotel Arbat e jantar privado.

8/02

09:30 — Café da manhã privado.

11:00 — Reunião com o Presidente do Comitê para a Reforma Econômica e para a Propriedade, Deputado Serguei Krasavtchenko.

12:30 — Reunião com o Presidente do Soviete Supremo, Ruslan Khasbulatov. Troca de presentes oficiais.

13:00 — Almoço oficial na Casa Branca, oferecido pelo Deputado Luri Varonin, Vice-Presidente do Soviete Supremo.

14:00 — Reunião com o Presidente do Conselho das Bancadas Parlamentárias do Soviete Supremo, Deputado Vladimir Novikov.

15:30 — Reunião com o Secretário da Comissão Constitucional do Parlamento, Deputado Oleg Rumeantsev.

16:30 — Reunião com o Presidente do Grupo Parlamentar Rússia-Brasil, Deputado Victor Cheinis.

20:00 — Jantar privado no Hotel.

9/02

09:00 — Café da manhã privado.

10:30 — Reunião no Comitê Legislativo do Parlamento com seu Vice-Presidente, Deputado Igor Bezrukov, ou com o Deputado Mikhail Mitiukov (Presidente do Comitê).

13:00 — Almoço privado no Hotel.

15:00 — Reunião no Governo da Rússia, possivelmente com o Vice-Primeiro-Ministro Alexandr Chokhin. A parte russa informa que somente cinco parlamentares poderão participar da reunião, além do Chefe da delegação e do Embaixador do Brasil. O cortejo sairá do hotel (o carro do Chefe da delegação parlamentar, com o Embaixador do Brasil e o ônibus) sairá do hotel às 15:00.

17:00 — Tempo livre.

19:00 — Espetáculo no Teatro Bolchoi, Ópera "la Traviatta", de Verdi.

22:00 — Jantar privado.

10/02

08:30 — Café da manhã privado.

10:00 — Reunião na Prefeitura de Moscou, possivelmente com o Prefeito Iuri Lujkov. O cortejo (carro do chefe da delegação, com o Embaixador do Brasil e o ônibus) sairá do hotel às 9:35.

12:00 — Excursão ao Kremlin.

14:00 — Almoço privado no Hotel.

15:30 — Reunião com o Presidente do Comitê para Assuntos Internacionais e Relações Econômicas com o Exterior, Deputado Ievgueni Ambartsumov.

17:00 — Tempo livre.

19:00 — Jantar-buffet na Embaixada do Brasil.

11/02

08:30 — Café da manhã privado.

09:30 — Excursão a Zagorsk (cidade histórica do "Anel Dourado" da Rússia).

15:30 — Almoço privado.

16:30 — Entrevista com o Vice-Presidente Alexandr Rutskoï.

21:00 — Jantar privado no Hotel.

12/02

08:30 — Café da manhã privado.

10:00 — Reunião com o Presidente do Supremo Conselho Econômico do Parlamento da Rússia, Deputado Vladimir Ispasnikov.

11:30 — Reunião com o Presidente do Comitê para Ciência e Educação Pública, Deputado Vladimir Chorin.

13:00 — Reunião no Comitê para a Política Social com seu Presidente, Deputado Mikhail Zakharov.

14:00 — Almoço privado no Hotel.

15:00 — Tempo livre.

19:00 — Ida ao circo de Moscou.

22:00 — Jantar privado no hotel.

13/02

09:00 — Café da manhã privado.

10:30 — Visita à Galeria Tretyakov e Mosteiro Novodevitchi.

13:00 — Almoço privado no Hotel.

14:00 — Excursão por Moscou.

18:15 — Despedida na Sala Vip do aeroporto Sheremetvo

19:15 — Decolagem para Frankfurt.

LEMBRANÇAS DE UMA VIAGEM A RÚSSIA

A delegação brasileira convidada para contatos em Moscou em fevereiro deste ano contou com sete senadores e sete deputados. O convite, feito pelo Parlamento Russo (ou Soviet Supremo, se preferirem), previa vários encontros com parlamentares e com autoridades do Executivo. A curiosidade era grande em todos nós. A Rússia era, ainda é e será por bastante tempo País envolvido em certa aura de mistério, que só agora, na época pós-Gorbachov, começa a levantar seu véu. Nenhum de nós conhecia Moscou.

A primeira impressão, chegando à noite em Moscou, e a de que se trata de uma cidade escura. De fato, vindos da iluminação exuberante das cidades ocidentais, como Paris e Frankfurt, estranha-se um pouco a enorme capital russa.

A profusão de aviões da Aeroflot no aeroporto moscovita de Sheremetievo é de chamar a atenção. Contam-se as dezenas os Tupolec e Antonov nos hangares e nos pátios. Informam-nos que a antiga companhia de aviação soviética era a maior do mundo, com algo entre dois e três mil aviões. Com a fragmentação da URSS alguns países ficaram com os aviões baseados em seus aeroportos e fundaram suas próprias companhias aéreas, mas mesmo assim a Aeroflot russa tem mais de mil aparelhos e voa para as mais distantes regiões do País. Não se pode esquecer que a Rússia tem uma extensão territorial duas vezes a nossa: 17 milhões de quilômetros quadrados. Os aviões russos de passageiros têm fama de desconfortáveis, mas devem ser bastante seguros, segundo as estatísticas que nos revelam.

Viagem longa, a que fizemos, pelo avião e pelo termômetro: Brasília-Rio de Janeiro-Frankfurt-Moscou somam quase dezessete horas de voo, ou quinze mil quilômetros. Na escala Celsius a viagem é de 55 graus, dos cerca de quarenta positivos no Rio aos menos quinze em Moscou, frio que atinge a todos, mesmo os mais acostumados às baixas temperaturas e os mais preparados com seus sobretudos e luvas. Quem estranha menos é o Deputado Celso Bernardi, gaúcho acostumado na coxilha...

A informação recebida é a de que alojar-nos-iam no Hotel Arbat, na rua de mesmo nome, no centro de Moscou, e é o que acontece. Intrigam-me os fatos de não existir qualquer indicação na fachada do hotel e toda a louça e folhetos encontrados trazerem outro nome: Hotel Oktiabrskaja, ou algo assim, que soletro a duras penas no alfabeto cirílico que estou começando a decifrar. A explicação vem do tradutor Vladimir, que serviu no Brasil por quatro anos e tem a paciência de nos acompanhar e traduzir nos vários encontros e nas muitas reuniões: este hotel pertencia ao Partido Comunista, que aqui abrigava seus convidados do exterior ou seus convencionais de toda a União Soviética. Hoje, com o Partido praticamente desaparecido, o hotel foi repassado para o Parlamento, e seu antigo nome, que significa Outubro em homenagem à revolução soviética, foi mudado, pois não é de bom tom na Rússia de hoje homenagear o comunismo...

Não chegaram ao hotel, extraviadas de alguma forma, minha bagagem e a do Deputado Costa Ferreira. A minha me é entregue na madrugada do dia da chegada. Costa Ferreira só receberá a sua três dias depois, perdida no trecho Frankfurt-Moscou.

Em desenho técnico chama-se "vista explodida" a representação de uma máquina com suas várias peças desmontadas e na posição em que vão se encaixar no corpo principal. Para examinar hoje o mapa da antiga União Soviética o mais conveniente seria uma vista desse tipo: a URSS fragmentou-se em 15 Estados que compõem a CEI-Comunidade dos Estados Independentes: A Rússia, a Ucrânia, a Moldávia, a Bielorrússia, o Kazaquistão, as quatro repúblicas muçulmanas da Ásia Central (Uzbequistão, Turquimênistão, Tadjiquistão e Quirguistão), as repúblicas do Cáucaso (Geórgia, Armênia e Azerbaijão) e os Países Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia).

Os Senadores Jonas Pinheiro e Walmir Campelo descobriram, na Nova Arbat, espécie de centro comercial da cidade que surgiu após a queda do comunismo, e que fica próximo ao hotel, uma loja onde vendem abrigos para frio: luvas, botas, chapéus russos (os chamados "chapkas" que protegem as orelhas) e grossos sobretudos. Chegamos ao hotel equipados para enfrentar o frio. Quando disponho de uma meia hora

entre dois encontros vou até lá comprar um "chapka" e um sobretudo, pois as orelhas estão protestando e meu sobretudo, veterano dos invernos dos Estados Unidos e da Europa Ocidental não está sendo de grande valia aqui, principalmente quando há vento. Faço minhas compras e me surpreendo com os preços. Por meu sobretudo, de muito boa qualidade, por sinal, pago cerca de vinte dólares, quinze vezes menos que em Paris ou Londres. Conto esta proeza no hotel, e é quanto basta: no dia seguinte é difícil encontrar alguém da delegação que não esteja usando garbosamente seu sobretudo russo estalando de novo.

O Senador Cid Sabóia vai além: encontra um terno que lhe cai sob medida, o que não é de se estranhar, dado seu biotipo muito próximo do russo e vai envergá-lo nos próximos dias na tribuna do Senado. Só não compra nada o Senador Lavoisier Maia, que trouxe tudo na bagagem — até um capuz de lá que só descobre os olhos, destes que se vê no cinema, usado por terroristas e assaltantes, mas muito útil no frio que estamos experimentando.

Não chegou ainda aqui, ou pelo menos não se difundiu o costume da gorjeta. Fico na dúvida, pois costuma-se no ocidente gratificar nas chapelarias as funcionárias que guardam nossos casacos, mas os guias me esclarecem que por cá não se usa fazê-lo. Abrimos uma exceção em nossa saída, atendendo sugestão do Senador Valmir Campelo e fazemos uma "vaquinha" para presentear as garçonetes que nos serviram no restaurante do hotel durante a semana de nossa permanência. Elas se emocionam às lágrimas.

Dois companheiros de viagem, os Deputados Chico Vigilante e Liberato Caboclo, que tiveram suas predileções pelo marxismo, têm que suportar as brincadeiras dos colegas, que não os esquecem sempre que algum russo faz uma crítica ao comunismo. Há um delírio quando um deputado russo depois de criticar várias vezes os "direitistas" esclarece que *direitista* ou *conservador*, na Rússia de hoje são os antigos comunistas. Mas os "direitistas" Chico Vigilante e Liberato não perdem a flegma, inteligentes e cavalheiros que são e terminam a viagem como dos mais agradáveis e respeitados integrantes da delegação.

É visível que a sociedade russa se encontra num impasse: está saindo do comunismo, mas não entrou na economia de mercado, ou melhor, entrou muito pouco. As pequenas lojas foram privatizadas, e nestas se encontra o que comprar, embora grande parte seja mercadoria importada. As médias e grandes empresas aguardam uma lei de propriedade e privatização que parece perdida na burocracia. Poucas privatizações de vulto foram feitas. As lojas do governo têm pouca coisa nas prateleiras, já que o desabastecimento continua sendo um problema. Esta nova situação gera um déficit que levou o País a uma inflação superior à nossa (um deputado falou-me de 1.800% em 1992). Mais de setenta anos de planificação central não permitiram que surgissem na população quadros empreendedores que pudessem ser agora os empresários que a economia russa está a pedir. Nota-se mesmo que qualquer coisa fora dos programas deixa os russos um pouco atônitos. Talvez se demande uma geração para que o País venha a se assenhorar de sua enorme potencialidade natural, de sua força de trabalho e do capital científico e tecnológico que desenvolveu.

Não é difícil imaginar a gênese desse panorama da Rússia moderna: Stalin cometeu o enorme erro de não se preparar para a guerra, mais que anunciada por Hitler em seu livro "Minha Luta". Estava muito claro que o ditador alemão tinha

como meta principal na Europa o espaço vital para os alemães, o "lebensraum", que só poderia ser obtido com a "drang nach osten", a marcha para leste sobre o território principalmente ucraniano e russo, por sua riqueza. Stalin menosprezou a ameaça hitlerista, não se armando e julgando que satisfaria os nazistas dividindo com eles a Polônia, via do tratado Ribentrop-Molotov, assinado em Moscou em 23 de Agosto de 39. Calculou mal, quase foi derrotado e perdeu vinte milhões de vidas, a maior cifra da guerra. Os alemães, atacados por todo o mundo perderam seis milhões... Stalin só não foi vencido porque sacrificou uma enormidade de vidas russas, soldados mal armados e mal preparados que morriam aos milhares detendo os ataques inimigos pelo número. Além disso teve de seu lado o "General inverno" e as enormes extensões russas que dificultavam o abastecimento alemão; teve ainda os aliados, leia-se americanos, a derramarem uma enormidade de suprimentos no Exército Vermelho. Finda a guerra Stalin quis corrigir o erro: criou com mão de ferro uma União Soviética pronta para qualquer guerra, desenvolvendo uma indústria bélica de vanguarda, com ênfase na tecnologia nuclear e espacial, enquanto relegava a segundo plano os bens de consumo que o ocidente cada vez mais produzia para suas populações. Temendo a insatisfação interna promoveu os expurgos denunciados mais tarde por Kruchoy e pelos dissidentes russos. Deu razão ao Ministro da Propaganda nazista Goebelis que dizia que os russos vencendo a guerra fechar-se-ia uma "cortina de ferro" sobre o leste europeu. Kruchoy e Bulganin contribuíam com a criação do Pacto de Varsóvia em Maio de 55, e os que viriam depois manteriam, até surgir a "Perestroika" e a "Glasnost", o status militar, a sociedade fechada, carente de bens de consumo e privada de liberdade, que mais e mais iria perceber sua deficiência em relação ao ocidente. Esta a herança que Gorbachov, e agora Yeltsin tentam administrar: há riqueza natural, há mão-de-obra, há um embasamento científico (e tecnológico) mas não há a experiência da liberdade que permita à nação marchar por si mesma e à população alcançar os padrões de vida ocidentais. Aliás, a liberdade em terra russa, exceto a experiência atual, é apenas uma fresta de luz ao tempo de Kerensky, a despeito de sua história milenar.

A privatização aqui é algo problemático, como no Brasil: as coisas sabem-se necessárias, mas não acontecem. Tome-se o exemplo dos táxis: o serviço é deficiente, mas os motoristas se mobilizam contra a privatização. Por quê? Os táxis atuais, públicos, são mantidos pelo Estado, que os conserta, abastece e ainda paga um salário ao motorista — este por sua vez tem como "dar um nó" no taxímetro e ficar com a féria. Para que privatizar? O governo por outro lado, sem o "know-how" necessário pode agir de maneira pouco acertada. Privatizaram 500.000 apartamentos em Moscou... dando-os de graça aos ocupantes, quando melhor seria vendê-los, ainda que a longo prazo, e criar um fundo para construção de novas habitações. O Presidente da Comissão da Reforma Econômica do Soviet, Deputado Seguei Krasavchneko é enfático ao afirmar que as reformas são irreversíveis, que o comunismo é uma experiência fracassada e superada (afirmação que frequentemente ouvimos de outros deputados) e que as leis de propriedade e privatização vêm aí. Pretendem preservar por enquanto como estatais a energia nuclear e as ferrovias (diz que no Japão fracassou a experiência de privatização ferroviária). Os estrangeiros serão bem-vindos e serão aceitos rublos ou títulos do governo nas privatizações (há uns 150 bilhões de dólares em títulos governamentais colocados). São os que

no Brasil os radicais injustamente batizaram de "moedas podres", como se não fossem títulos públicos, que levantaram o merecimento ser honrados. Já há experiências de privatização na área da educação e da saúde, que o deputado Krasavchenko afirma terem tido sucesso. Não vão ficar de fora os setores petrolífero, de telecomunicações (ao menos em parte) e o setor financeiro, exceto dois bancos: o de Comércio Exterior e o de Reconstrução. Os deputados da Comissão em reunião conosco fazem algumas afirmações que deveriam chegar aos ouvidos de certos brasileiros, no Governo, no Congresso, na Imprensa e nos Sindicatos:

— "Monopólio não pode ser eficiente"

— "Empresa estatal é sinônimo de déficit"

— "O coletivismo pode ser uma forma de roubo"... e

por aí afora. Nas privatizações pretendem reservar prioritariamente 25% das ações aos operários.

Reunimo-nos neste dia 8 de fevereiro com o Presidente do Soviet Supremo, Ruslan Kashbulatov. Há um conflito sério entre ele e o Presidente. Como Yeltsin pode vetar as leis vindas do Soviet e este os decretos de Yeltsin, a coisa se agrava. Este quer convocar um plebiscito para abril e saber do povo quem deve ter o poder, inclusive e principalmente para proceder às reformas: se o Governo ou se o Parlamento. Aliás não se fala noutra coisa nestes dias por aqui, com muitos julgando que o plebiscito aprofundará a cisão já existente entre os dois poderes.

Almoçamos na sede do Soviet Supremo (ou Casa Branca, como chamam eles), por oferecimento do Vice-Presidente Iuri Varonin. Logo surgiram os brindes à moda russa, tendo o Embaixador Rego Barros me explicado o costume: o anfitrião faz um brinde com vodka que devemos aceitar (ou pelo menos eu, como chefe da delegação) bebendo de uma só vez todo o copo. É o "vira" brasileiro. Em seguida o convidado faz o seu brinde. Depois volta o anfitrião a brindar, e assim por diante. Ai de quem não tem resistência... os brindes vão da amizade russo-brasileira à Amazônia, passando pelo Rio de Janeiro, pelo futebol, pela preservação da Taiga Siberiana e não sei o que mais.

Surpresa para nós: o tráfego de Moscou, que julgávamos reduzido, é muito intenso: aos carros russos como nosso conhecido Lada, os Volga, os Jeep e caminhões militares ou caminhões limpa-neve com suas lâminas à frente e enormes vassouras rotativas atrás somam-se em número expressivo os carros estrangeiros, alemães na maioria. Por vezes uma luxuosa limusine Chaika conduzindo uma autoridade nos faz lembrar a Nomenclatura, que por certo, como em todo lugar do mundo, ainda ocupa seus bastiões. Além disso, os coletivos, em grande número.

O Deputado Vladimir Novikov, Presidente do Conselho das Bancadas Parlamentares (uma espécie de colégio de líderes) nos fala dos salários:

salário mínimo: 2200 rublos (cerca de 4 dólares)

pensão: 4275 rublos (cerca de 7,5 dólares)

Salário de deputado: 40000 rublos (cerca de 70 dólares)

salário de Yeltsin: 72000 rublos (cerca de 130 dólares).

Diante de nosso espanto, explica que não vale a simples conversão, vez que numa economia ainda muito estatizada como a russa, as moradias, a educação, a saúde, os transportes e etc., não entram no orçamento doméstico, e os gêneros e roupas são muito baratos. Mesmo assim...

O Deputado Novikov fala, como todos, do plebiscito, e acha que Governo e Parlamento devem ser fortes. Acho difícil; estou lendo livro de Jean-François Revel recém-lan-

cado, chamado "O Absolutismo Ineficaz", que critica contundentemente o sistema parlamentarista francês, de Presidente forte, eleito pelo povo. É o que se pensa implantar no Brasil. Se for assim, não vai dar certo.

Estamos fazendo reunião sobre reunião, e as refeições são no hotel. A Senadora Junia Marise, única mulher do grupo deixa por algumas horas o programa traçado e faz contatos na Comissão para os Assuntos das Mulheres, Proteção à Família, Maternidade e Infância, que melhor lhe interessam. Uma pausa: hoje (9/Fevereiro) assistimos no Teatro Bolshoi "La Traviatta". Belo teatro, ótimos intérpretes, o que faz o Senador Cid Sabóia se entusiasmar em certas árias e soltar seus gritos de "bravo!".

O Prefeito de Moscou, Iuri Luikov, é um entusiasmado por sua cidade de 9 milhões de habitantes. O Deputado paulista Paulo Lima está ali, prestando enorme atenção, e evidentemente, comparando Moscou e São Paulo. O Prefeito nos fala das 9 estações ferroviárias, das 149 estações de metrô com seus 8 milhões de passageiros/dia, 1 milhão de carros leves, 2 milhões de carros pesados, 4000 unidades de transporte coletivo, entre ônibus, trolleys e trens, 1 000 mosteiros (de 27 religiões), 71 teatros, 500.000 estudantes, 137 sub-prefeituras e por aí afora... Como todos os prefeitos que conheci em todo o mundo, queixa-se de que os recursos são poucos. O Deputado Manoel de Castro, ex-Prefeito de Salvador, cidade com "apenas" 365 igrejas, uma para cada três daqui, não se sente diminuído ao saber que até cinco anos atrás, das 1000 igrejas de Moscou, apenas 41 funcionavam. O Deputado Rubem Bento, como bom evangélico que é, também gosta da notícia de que a religião está se expandindo.

A agência Tass mantém estreito contato conosco e seus repórteres sempre buscam uma ou outra entrevista.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Serguei Glaviev que nós recebe, esteve no Brasil na ECO-92, antes de ser Ministro. Tem 32 anos. É uma das competências surgidas nos novos tempos. Cobra resposta a uma proposta russa de cooperação em variados campos, enviada em junho ou julho do ano passado, e ainda sem retorno por parte do Governo brasileiro. Coisas da confusão política provocada pelo **impeachment** e consequente paralisia da máquina administrativa. Ainda bem que estão presentes o Senador Amir Lândo, um dos pais do **impeachment**, que pode dar suas explicações e o Embaixador Rego Barros que não deixa o Governo mal posicionado.

A cidade de Serguiev Possad, nos arredores de Moscou, com seus belos mosteiros ortodoxos, verdadeiro museu onde os mais preciosos ícones de vários séculos estão expostos, é de encher os olhos.

Os museus do Kremlim mostram as jóias dos Romanov, com os maiores rubis que já vi em qualquer museu, dezenas deles. Diamantes (grandes) aos milhares. O Grande Palácio do Kremlim tem um fausto chocante/nos dias atuais. Imagine-se no tempo de Pugachov... Justificam-se as revoltas. Apesar das mudanças o mausoléu de Lenin continua com toda sua imponência reinando sobre a Praça Vermelha, e imponente continua também a mudança de guarda. Mas em frente, no grande magazine gum, as grifes estrangeiras estão presentes, e a ala principal está ocupada pelas famosas e parisienses Galerias Lafayette:

É uma característica do povo russo aquela simplicidade, aquela credulidade que encontramos a cada página de um conto de Tchecov, e que lembra muito o nosso interiorano. Segundo o Ministro Macedo Soares, nossa simpática e efi-

ciente guia, Marina Plakitina, necessitará de assistência psicanalítica após a partida da delegação. Sempre adiantada, preocupada em colocar todos os brasileiros nos carros ou ônibus a tempo de chegarem pontualmente nos compromissos, não está por certo familiarizada com a maneira informal e descontraída dos brasileiros, nem sempre muito preocupados com os horários e não afeitos a programas muito rígidos. Tem uma preocupação enorme em que nenhum de nós se perca nos locais mais aglomerados, ficando em pânico com essa perspectiva. Combinados, Macedo e eu, com toda seriedade, dizemos a ela que gostaríamos que se perdessem dois ou três colegas no dia da partida para, com a delegação menor, tornar as coisas mais fáceis para nós e pedimos sua colaboração. Era de se ver seu ar apavorado, a tentar descobrir se falávamos a sério.

Moscou, 8 a 12 de fevereiro de 1993
Irapuan Costa Júnior.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

Brasília, 2 de março de 1993

Excelentíssimo Senhor
Ruslan Kashbulatov
Digníssimo Presidente do Soviet Supremo
Moscou — Rússia

Senhor Presidente:

Ao regressar de seu grande País, venho em meu nome e em nome de toda a delegação brasileira presente à Rússia, transmitir nossos profundos agradecimentos por toda atenção que nos foi dispensada, quer por Vossa Excelência, quer por seus colegas do Soviet Supremo, das várias Comissões onde fomos recebidos, quer pelos funcionários que tiveram a gentileza e a paciência de nos guiar nas inúmeras reuniões e visitas que fizemos. Voltamos impressionados com a potencialidade, as tradições e fraternidade do povo russo, e compreendemos agora melhor a extraordinária contribuição dada por esse povo para o progresso da humanidade.

Desejamos que tenha seqüência o contato entre o Congresso Brasileiro e o Soviet Supremo Russo, e reafirmamos, em nome do Presidente do Congresso, Senador Humberto Lucena, o convite para visita de uma Delegação Russa ao Brasil, conforme havíamos afirmado, pessoalmente a Vossa Excelência. Creio que muito poderemos contribuir, parlamentares russos e brasileiros, para a aproximação entre nossos dois países.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência expressões de nossa elevada estima e consideração.

Senador Irapuan Costa Júnior, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu o Ofício nº S/25, de 1993 (nº 693/93, na origem), de 26 de fevereiro último, através do qual o Governo do Estado do Paraná solicita autorização para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná, para os fins que especifica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência lembra ao Plenário que comparecerá ao Senado, amanhã, às 14h30min, S. Ex^a o Ministro da Fazenda, Dr. Eliseu Resende.

As inscrições para interpelações ao Senhor Ministro continuam abertas na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista, por cessão do Senador Iram Saraiva.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há doze anos venho acompanhando os estudos e as pesquisas que a ciência, particularmente a medicina especializada, vêm desenvolvendo sobre um tema a respeito do qual tenho falado desta tribuna, com o objetivo de também contribuir para conscientizar os membros desta Casa, as autoridades do País e, conseqüentemente, transmitir à sociedade, como também nossas, essas preocupações dos estudiosos sobre a saúde das pessoas e suas implicações na saúde pública.

Sempre que tomo conhecimento de alguma descoberta importante sobre os avanços alcançados no aprofundamento desses estudos sobre o fenômeno a que me refiro, como médico e político, consciente dos meus compromissos e responsabilidades, sinto-me na obrigação de comentar esses resultados.

Falo, Sr. Presidente, sobre os males do fumo, sob um novo ângulo de malefícios comprovado em pesquisa realizada pelo *Archives of Internal Medicine*, segundo a qual “o fumo é responsável por 14% dos aproximadamente 26 mil casos de leucemia em adultos, registrados anualmente nos Estados Unidos”.

Devemos lembrar que a leucemia é o oitavo tipo de câncer que mais causa mortes no Br^{il}.

Esse trabalho, coordenado pelo Departamento de Saúde Pública de Missouri, fazendo parte de quinze outros estudos, computou dados de cerca de 4,5 milhões de pessoas tratadas dessa doença naquele país.

Segundo o cientista *Ro s Brownson*, Diretor daquele Departamento, não se pode afirmar que o fumo seja a causa principal da enfermidade, pois a ciência não conseguiu, ainda, identificar todas as causas dessa terrível doença, que é o câncer do sangue. Mas é seguro que o cigarro, sem nenhuma dúvida, está entre os fatores de risco para a ocorrência da leucemia nos adultos.

E alerta o referido Departamento que fumar aumenta em 30% os riscos de uma pessoa adulta desenvolver essa patologia.

Em outro artigo, Sr. Presidente, comenta-se um trabalho apresentado na 60^a Convenção Anual de Cirurgias Ortopédicas nos Estados Unidos.

É natural que alguém, entre os que me ouvem, pergunte: o que tem a ver tabagismo com ortopedia?

A realidade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que, conforme publicado no *Jornal de Brasília*, edição de 20 de fevereiro, a partir de noticiário divulgado em São Francisco da Califórnia, “o cigarro, já acusado de causar doenças respiratórias e câncer, está sendo responsabilizado por sérios problemas das vértebras”, segundo esse trabalho a que me referi, apresentado na 60^a Convenção Anual da Academia Norte-Americana de Cirurgias Ortopédicas.

Faço questão de transcrever estes três parágrafos constantes do estudo apresentado na referida convenção:

“A conexão entre as dores lombares e o hábito de fumar é conhecida, mas o nosso estudo é mais específico, indicando a associação com uma forma mais avançada da doença. Nossos pacientes foram submetidos, todos eles, a cirurgias.

Não temos certeza das razões pelas quais o fumo agrava esse problema. A hipótese é que o fumo reduz a circulação sanguínea, assim reduzindo também a nutrição dos discos vertebrais.

A maioria dos pacientes com sintomas de doenças dos discos vertebrais e uma grande parte dos pacientes com hérnia de disco lombar aguda (ruptura do disco vertebral ou nervos pinçados na região lombar) que foram submetidos a cirurgias eram fumantes.”

Foi o que afirmou o Dr. Howard An, Chefe do Departamento de Cirurgia Reconstructiva da Espanha, da Faculdade de Medicina de Wisconsin.

Portanto, não é o Senador Lourival Baptista quem está dizendo que o fumo também afeta os ossos, mas, sim, um cirurgião experimentado, com vivência docente universitária, perante uma comunidade de cientistas reunidos em convenção.

Sr. Presidente, o hábito de fumar, que alicia parcelas cada vez mais jovens da população e envolve no País um contingente de mais de trinta milhões de fumantes, é um problema muito sério, que causa imensos prejuízos ao País pelos gastos da Previdência Social, saúde pública, absenteísmo ao trabalho, ocasionando a debilitação geral do estado de saúde de um grande número de pessoas e provocando, anualmente, cem mil mortes no Brasil.

Como médico que sou, por formação comprometido com a vida e com a saúde das pessoas, consciente de tantas outras mazelas que afetam o nosso povo, como a desnutrição, por exemplo, fico triste quando vejo a indiferença das pessoas e, principalmente, a omissão de autoridades, especialmente as que, distraidamente, também fumam em público.

A indústria do fumo movimenta uma fábula de dinheiro, utiliza uma parte considerável do solo fértil do País e da mão-de-obra agrícola para produzir um dos piores venenos para o homem e para a mulher, quando todos esses recursos poderiam estar sendo empregados na produção de alimentos. Esse hábito cultural, arraigado na sociedade brasileira pelo efeito demonstração por que se inicia o vício, do qual se fica, às vezes, para sempre aprisionado, é um costume absolutamente irracional, um tipo de suicídio a longo prazo, que não dá apenas prejuízo ao fumante mas subtrai o pão e o leite de muitas massas pobres, de muitas crianças carentes e contribui para abarrotar os hospitais, ainda mais, de enfermos.

Sr. Presidente, no dia 18 de dezembro de 1992, o Plenário do Senado aprovou, por unanimidade, o Projeto de Resolução nº 54/92, subscrito por 71 dos Srs. Senadores, que foi apresentado no dia 3 de agosto de 1992, em plenário, que passarei a ler: “Lourival Baptista, Jutahy Magalhães, Chagas Rodrigues, Jonas Pinheiro, Aureo Mello, Maurício Corrêa, Elcio Alvares, José Eduardo, Albanó Franco, Humberto Lucena, José Paulo Bisol, Dirceu Carneiro, Coutinho Jorge, Francisco Rollemberg, João França, Magno Bacellar, César Dias, Irapuan Costa Júnior, José Fogaça, Nabor Júnior, Mauro Benevides, Meira Filho, Alexandre Costa, Flaviano Melo, Márcio Lacerda, Epitácio Cafeteira, Carlos D’ e Carli, Marco Maciel,

Valmir Campelo, Dario Pereira, José Richa, Ney Maranhão, Lucídio Portella, Onofre Quinan, Esperidião Amin, Wilson Martins, Júlio Campos, Ronaldo Aragão, Raimundo Lira, Mário Covas, Teotônio Vilela Filho, Rachid Saldanha Derzi, Gerson Camata, Lourenberg Nunes Rocha, Eduardo Suplicy, Garibaldi Alves Filho, Divaldo Suruagy, Jarbas Passarinho, Nelson Carneiro, Beni Veras, Pedro Simon, Júnia Marise, Nelson Wedekin, Josaphat Marinho, Cid Sabóia de Carvalho, Enéas Faria, Mansueto de Lavor, Ronan Tito, Lavoisier Maia, Fernando Henrique Cardoso, Amazonino Mendes, Hugo Napoleão, Darcy Ribeiro, Carlos Patrocínio, José Sarney, Ruy Bacelar, Antonio Mariz, *Guilherme Palmeira*, Levy Dias, Amir Lando e João Rocha”.

Entre esses Senadores, alguns eram fumantes habituais no plenário e agora não são mais. Alguns me disseram que, após deixarem de fumar, melhoraram em tudo.

Esse projeto foi inspirado em um outro, de número 53/81, que tivera na ocasião 54 assinaturas de Senadores, transformado na Resolução nº 94, de 1992, publicada no *Diário do Congresso Nacional* de 24 de dezembro do mesmo ano, que “proíbe o uso de fumo e seus derivados no recinto do Plenário do Senado Federal”, com a seguinte redação, expressa no parágrafo único do art. 184 do Regimento Interno do Senado: “A qualquer pessoa é vedado fumar no recinto do Plenário”.

Sr. Presidente, apresentei esse projeto no ano passado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o cumprimento dessa resolução agora aprovada, por unanimidade, por qualquer pessoa, não é uma homenagem a este Senador, já maduro nesta luta em benefício da população e de tantas outras, ao longo desses 43 anos de vida pública, suas glórias e vicissitudes, alegrias e desilusões, esperança de fé inquebrantável nas imensas potencialidades e possibilidades do nosso povo e do nosso País. O respeito a esse dispositivo regimental, constitucional e, principalmente, de educação, inteligência e bom senso, e é neste tempo legislativo, onde se estabelecem as normas para a conduta social e a relação das pessoas entre si e com o Estado, uma entidade, se bem que para alguns, sacrificadamente, *desinformados por todas essas honras*, é digno do respeito à lei e à soberania.

Essa resolução, Sr. Presidente, inspirada em preceitos constitucionais, é uma contribuição do Senado e seus membros a essa campanha que se desenvolve no mundo inteiro para o controle dessa terrível epidemia.

Por último, Sr. Presidente, reitero uma providência que já havia solicitado ao seu eminente antecessor, o Senador Mauro Benevides, no sentido de que se mande afixar na entrada do Plenário e de suas dependências, para visitantes e jornalistas, placa citando a Resolução nº 94, de 1992, com os dizeres: “A qualquer pessoa é vedado fumar no recinto do Plenário, conforme deliberou, por unanimidade, o Senado Federal pelos seus membros.”

Temos a obrigação de cumprir e fazer cumprir este mandamento, não apenas como uma medida de precaução, visando preservar a nossa e a saúde dos que aqui trabalham e transitam — como os nossos visitantes — mas, primordialmente, uma postura formal e solene, uma manifestação pública e exemplar do Senado Federal e de seus Membros em defesa da saúde de todos os brasileiros.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição com o meu pronunciamento, dos seguintes artigos: “Pesquisa responsabiliza o cigarro pelos sérios problemas de coluna”, *Jornal de Brasília*, edição de 20-2-93, e “Fumantes correm risco 30% maior de contrair leucemia”, *O Globo*, edição de 23-2-93.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA

Jornal de Brasília
Sábado, 20-2-93

PESQUISA REPONSABILIZA O CIGARRO PELOS SÉRIOS PROBLEMAS DE COLUNA

São Francisco, (Califórnia) — O cigarro, já acusado de causar doenças respiratórias e câncer, está agora sendo responsabilizado por sérios problemas das vértebras, segundo estudo ontem apresentado.

Um estudo de dois anos associou o hábito de fumar com dores nas costas e pescoço, sintomas de problemas sérios que seus portadores tiveram de ser submetidos à cirurgia, informaram ontem pesquisadores, em trabalho apresentado à 60ª Convenção Anual da Academia Norte-Americana de Cirurgiões Ortopédicos.

“A conexão entre as dores lombares e o hábito de fumar é conhecida, mas nosso estudo é mais específico, indicando a associação com uma forma mais avançada da doença. Nossos pacientes foram submetidos, todos eles, a cirurgias”, disse o Dr. Howard An, chefe do Departamento de Cirurgia Reconstrutiva da Espinha da Faculdade de Medicina de Wisconsin.

“Não temos certeza das razões pelas quais o fumo agrava esse problema. A hipótese é de que o fumo reduz a circulação sanguínea, assim reduzindo também a nutrição dos discos vertebrais.”

O estudo indicou que os fumantes correm maior risco de sofrer problemas da coluna vertebral do que os não-fumantes ou ex-fumantes. O estudo comparou 205 fumantes com doenças da coluna graves a ponto de os pacientes terem de ser submetidos a cirurgia com 205 pacientes de hospitais, de idade e sexo correspondentes, mas que não sofriam de tais problemas da coluna.

“A maioria dos pacientes com sintomas de doenças dos discos vertebrais e uma grande parte dos pacientes com hérnia de disco lombar aguda (ruptura de disco vertebral ou nervos pinçados na região lombar) que foram submetidos a cirurgias eram fumantes”, destacou An.

A maioria dos pacientes sem problemas de coluna era de não-fumantes.

“O estudo mostra um impressionante aumento no número relativo de fumantes, dentre uma população de pacientes de hospitais, com hérnia aguda de disco intervertebral lombar ou cervical (o que provoca dores agudas devido a nervos pinçados), em comparação com um grupo de controle hospitalizado”, observou An.

A equipe chefiada por An examinou as fichas médicas de pacientes do hospital da Pensilvânia entre 1987 e 1988. O grupo de controle incluiu 129 homens e 76 mulheres. De 99 homens e 64 mulheres com servas dores lombares, 93 — ou seja, 56% — eram fumantes. Apenas 77 dos 205 pacientes do grupo de controle eram fumantes.

Os que deixaram o hábito de fumar reduziram o risco de problemas de disco, assinalou An.

Em um outro estudo, pesquisadores de Downey, Califórnia, compararam amostras ósseas de 17 pacientes com problemas de coluna e que fumavam no mínimo um maço de cigarros por dia, há dez anos, com amostras ósseas de 13 pacientes que tinham idênticos problemas, mas não fumavam. Os cientistas tentavam determinar se o hábito de fumar afeta os ossos.

O Globo

CIÊNCIA E VIDA

Tabaco aumenta risco de leucemia em adultos

Fumar aumenta em 30% os riscos de uma pessoa adulta desenvolver leucemia, indica estudo feito nos Estados Unidos. Segundo a pesquisa, o tabaco seria também responsável por 14% dos cerca de 26 mil casos da doença registrados anualmente no país. **Página 12**

FUMANTES CORREM RISCO 30% MAIOR DE CONTRAIR LEUCEMIA

Nova Iorque — o fumo é responsável por 14% dos aproximadamente 26 mil casos de leucemia em adultos registrados anualmente nos Estados Unidos, sugere um estudo divulgado pela publicação científica "Archives of Internal Medicine". A pesquisa indica ainda que as pessoas que em algum período da vida fumaram regularmente correm risco 30% maior de desenvolver a doença.

Coordenado pelo cientista Ross Brownson, diretor do departamento de prevenção de doenças crônicas do Departamento de Saúde de Missouri, o trabalho consistiu na análise de 15 outros estudos sobre o assunto. O pesquisador considerou dados a respeito de 4,5 milhões de pessoas tratadas nos Estados Unidos.

Apesar desses dados, não podemos afirmar que o fumo é a causa direta da doença. Há no tabaco uma série de compostos que poderiam desencadear a enfermidade. A ciência ainda não conseguiu determinar todas as causas da leucemia, e fatores genéticos certamente desempenham importante papel. Contudo, o que podemos dizer é que o cigarro está entre, sem dúvida, os fatores de risco para o surgimento da leucemia em adultos — disse o especialista americano.

Leucemias correspondem, no Brasil, ao oitavo tipo de câncer que mais causa mortes, segundo informações do Ministério da Saúde.

Em Londres, um documento divulgado por um grupo antitabagista diz que mulheres da classe operária são duas vezes mais propensas ao vício do tabaco. Segundo o comunicado, em comunidades pobres da Grã-Bretanha, a proporção de mulheres fumantes chega a até 90%.

"Para essas mulheres, fumar é uma necessidade. Os dados não permitem desvincular a pobreza do tabaco", diz o documento.

A pesquisadora que obteve os dados, Hilary Graham, da Universidade de Warwick, diz que mulheres pobres têm

consciência dos riscos de saúde a que estão expostas. Apesar disso, diz ela, "num meio onde sobreviver é uma luta diária, doenças como o câncer parecem estar um tanto distantes da realidade cotidiana."

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Senador Lourival Baptista, a solicitação de V. Ex.^a será encaminhada ao Sr. Presidente titular.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho fazer uma solicitação à Presidência do Senado Federal bem como à do Congresso Nacional. Encontra-se em exame o projeto de lei do orçamento de 1993, peça da maior importância que já deveria ter sido aprovada, apreciada e votada por esta Casa e pela Câmara dos Deputados, enfim, pelo Congresso Nacional até final de dezembro.

Houve, entretanto, um atraso na votação em consequência de inúmeras circunstâncias, entre elas a mudança do Presidente da República. O Presidente Itamar Franco, ao assumir a Presidência da República, através de seus Ministros Gustavo Krause, Paulo Haddad e, depois, Yeda Crusius, pediu fosse feita uma revisão da mensagem orçamentária original.

Essa revisão foi feita. Quando entregue ao Congresso Nacional no final do segundo semestre, esse viu-se em dificuldades para apreciar a matéria, ainda mais porque o próprio Poder Executivo estava encaminhando mensagem ao Congresso Nacional, promovendo o ajuste fiscal. E o ajuste fiscal implicava em alterações no volume de receitas e, conseqüentemente, na possibilidade de despesas que o Congresso Nacional estaria por aprovar.

As dificuldades inerentes ao processo político, ao próprio processo de julgamento do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, as atenções dos parlamentares para essa questão de grande relevância também contribuíram para que se atrasasse o processo de exame do Orçamento de 1993.

Finalmente, na quinta-feira passada, portanto, já na primeira semana de março, terceiro mês de 1993, o Senador Mansueto de Lavor pôde concluir o seu parecer sobre o Orçamento de 1993. Naquela oportunidade, solicitei ao Presidente da Comissão Mista de Orçamentos, Deputado Messias Góis, que autorizasse o Orçamento de 1993 — o OR/93 — para que o mesmo pudesse estar à disposição dos Senadores e Deputados, através do sistema de computadores do PRODASEN. S. Ex.^a disse que iria consultar o corpo técnico do PRODASEN para saber se isso seria viável, para que pudesse ser ligado o OR/93, facilitando dessa forma a consulta aos Congressistas.

Sr. Presidente, até o presente instante não foi autorizada a possibilidade de os Congressistas consultarem o Orçamento da União através do sistema de terminais de computadores existentes hoje nos gabinetes de cada Senador e nos gabinetes de Lideranças de cada Partido na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, para que serve investimento tão significativo, realizado pelo Senado Federal, se, na hora de podermos acessar dados importantes, como o conjunto das emendas, já aprovadas, relativas ao OR/93, estas não podem ser acessíveis a cada um dos Parlamentares. É incrível que isso esteja acontecendo.

Por esta razão, tendo em vista que o Presidente do Senado Federal é o Presidente do Congresso Nacional e tendo eu próprio consultado o corpo técnico do PRODASEN — segundo me informou, não há qualquer problema —, basta a decisão

política da Presidência do Congresso, ou, talvez, da Presidência da Comissão Mista de Orçamentos para determinar que o PRODASEN faça a devida ligação e assim, de pronto, qualquer parlamentar terá à sua disposição os dados das emendas já aprovadas. Isto é importantíssimo, porque permite que um Senador, um Deputado Federal, pelo computador, ao invés de ler o calhamaço de folhas, onde estão listadas todas as emendas já aprovadas, possa averiguar quais as emendas aprovadas por função. A informática permite isso. Se um parlamentar quiser saber quais as emendas aprovadas para um Estado, para um município, ele terá a maior facilidade de averiguar pelo computador. Se quiser saber quais as emendas aprovadas por um determinado parlamentar, também terá fácil acesso. Terá muito mais facilidades com a informática, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, na última quinta-feira, definiu-se, obedecendo o Regimento, que haverá reuniões da Comissão Mista de Orçamentos na terça, na quarta e na quinta-feira, às 10 horas da manhã, para a discussão do parecer do Relator, Senador Mansueto de Lavor.

Se os parlamentares puderem contar com o serviço de informática do PRODASEN, terão melhores condições de discutir e examinar o parecer do Relator.

Sr. Presidente, a complexidade do exame do Orçamento é tal que, sem os serviços da informática, teremos imensas dificuldades. Gostaria aqui de dar um exemplo sobre o que poderemos examinar com muito mais presteza com o auxílio da informática, aliás, algo relevante para a visita do Ministro da Fazenda, Eliseu Resende, que ocorrerá amanhã.

O novo Ministro Eliseu Resende tem a chave do cofre na mão. Lembremo-nos do que aconteceu em 1992. O então Ministro da Fazenda, Marcílio Marques Moreira, até o período que permaneceu na Presidência Fernando Collor de Mello, contingenciou inúmeras verbas do Orçamento. Contingenciar significa não liberar recursos para os gastos aprovados no Orçamento pelo Congresso Nacional ou pelo menos adiar a realização dos dispêndios aprovados pelo Congresso Nacional.

Ora, para que o Congresso Nacional exerça a sua função fiscalizatória é muito importante que examine passo a passo a execução do Orçamento, podendo comparar aquilo que foi apreciado e aprovado pelo Congresso Nacional, tendo em vista o que o Executivo enviou na sua mensagem e as alterações realizadas pelo Congresso Nacional, e aquilo que efetivamente é executado.

Como estamos vivendo um grave processo inflacionário, como no ano passado em que a inflação anual foi superior a 1.150%, obviamente o que é liberado durante os primeiros meses do ano, como janeiro, fevereiro ou março, representa muito mais do que o que é liberado em novembro ou dezembro, pois os cruzeiros dos primeiros meses do ano têm muito maior poder aquisitivo do que os cruzeiros dos meses finais do ano.

O Sr. Epitacio Cafeteira — V. Exª me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Com muita honra, Senador Epitacio Cafeteira.

O Sr. Epitacio Cafeteira — Nobre Senador Eduardo Supply, queria aproveitar o pronunciamento de V. Exª para situar dois pontos de vista meramente pessoais. O primeiro se refere à colocação feita por V. Exª de que o Ministro da Fazenda tem a chave do cofre. Daí deduzo que toda esta

luta está no fato de que os grupos não escolheram quem vai ter a chave do cofre; a escolha foi do próprio Presidente da República. Esta fatia do poder não coube a ninguém, senão ao próprio titular da Presidência. Este meu ponto de vista se baseia no fato de que não conheço ninguém de oposição ao Presidente da República que esteja reclamando da nomeação do Ministro Eliseu Resende. São setores que participam do Governo que estranharam a nomeação e que difundiram essa estranheza através da mídia. De repente, parece que o Brasil inteiro ficou contra a nomeação do Ministro Eliseu Resende. Por exemplo, o Deputado Francisco Dornelles, que é do PDS...

O SR. EDUARDO SUPPLY — O Deputado Francisco Dornelles é do PFL.

O Sr. Epitacio Cafeteira — É verdade, o Deputado Francisco Dornelles, que está passando para o PDS, é um dos homens que mais tecem elogios ao Ministro Eliseu Resende. Parece que aqueles segmentos que estão realmente participando do Governo e já ocupam uma parcela considerável do poder estranharam a nomeação, porque não tiveram mais essa fatia. Tenho a impressão de que não vai haver nenhuma modificação, que mereça registro, na votação do segundo turno do IPMF, nem contra a exposição do Ministro Eliseu Resende. Um outro ponto que desejo colocar é sobre o contingenciamento. Na minha opinião, criou-se o contingenciamento para, em contrapartida, criar-se a figura do descontingenciador, normalmente um político, o que é, de certa forma, uma advocacia administrativa. É lamentável que se vote uma Constituição e para que ela seja cumprida, seja necessário um descontingenciador parlamentar. Digo isso porque me causou espécie esse tipo de contingenciamento e descontingenciamento; jamais fui solicitar qualquer descontingenciamento. O que é votado no Orçamento deve, tanto quanto possível, ser cumprido, sem precisar do apadrinhamento que não fala bem do Parlamento, não fala bem dos políticos que o praticam. Precisamos votar o Orçamento dentro daquilo que é possível ser arrecadado e, conseqüentemente, ser gasto. Não podemos acenar para estados e municípios com verbas que vão ser aprovadas, mas que, certamente, não serão liberadas. Agradeço a V. Exª pela oportunidade de apartear-lo.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Prezado Senador Epitacio Cafeteira, V. Exª se lembra que o ex-Ministro Marcílio Marques Moreira, quando de um de seus depoimentos perante o Senado Federal, explicou-nos que, ao longo do ano passado, estava adotando uma política de contingenciar programaticamente as verbas do Orçamento. S. Exª tinha uma programação como que trimestral, através da qual, pouco a pouco, ia liberando as verbas, conforme as prioridades do Executivo, mas respeitando o estabelecido no Orçamento.

O Ministro da Fazenda, condutor da área econômica juntamente com a Ministra do Planejamento, torna-se responsável pela aplicação dos recursos da população brasileira.

V. Exª menciona que aqui não serão colocadas objeções ao Ministro Eliseu Resende. Para todos aqueles que, como eu, ainda não conhecem o pensamento econômico do Ministro Eliseu Resende, há como que um sentimento de expectativa.

Se formos levar em consideração as denúncias feitas por então Senador Itamar Franco, em discurso aqui proferido em setembro de 1982, teríamos que observar com mais acuidade o Ministro da Fazenda. Naquela ocasião, o então Senador Itamar Franco foi extremamente severo em sua análise, ao afirmar que os recursos que haviam sido destinados origi-

nalmente à Aço Minas, na forma de empréstimos, foram utilizados pelo PDS e por seu candidato a governador, numa campanha que, nitidamente, por suas próprias palavras, constitui um abuso do poder econômico.

O "Painel sobre o Desperdício", apresentado pelo Governo na semana passada, alertou-nos quanto às tomadas de decisão sobre o destino dos recursos públicos em relação a diversos governantes do passado responsáveis pela área dos transportes, dentre os quais o Ministro Eliseu Resende — ex-Ministro dos Transportes.

O jornalista Jânio de Freitas também assinalou, em sua coluna, que, quando era Presidente das Centrais Elétricas de Furnas, o Ministro Eliseu Resende, certa vez, revelou antecipadamente que estava havendo um processo de licitação com cartas marcadas, o que levou ao cancelamento daquele evento.

Entretanto, desejo esclarecer que estou mais interessado nos seus projetos futuros do que nos fatos que marcaram a gestão do Ministro Eliseu Resende na Pasta dos Transportes. Os fatos do passado me levam a adotar uma atitude de precaução, mas o fundamental nessa primeira visita ao Congresso Nacional será ouvir o que S. Ex^a tem a dizer sobre o IPMF e o seu papel no conjunto dos instrumentos que visam o combate à inflação, a retomada do crescimento, a melhoria da distribuição da renda e a erradicação da pobreza.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Eduardo Suplicy, estranhei o fato de que, quando o atual Ministro Eliseu Resende foi para a ELETROBRÁS, um órgão que considero da maior importância para o País, que também está envolvido em cifras fabulosas — bilhões de dólares —, ninguém se movimentou para tratar da vida pregressa de S. Ex^a. Será que a ELETROBRÁS não tem importância? Ou será que, como disse o Senador Epitácio Cafeteira, a disputa é para ver quem fica com a chave do cofre? Apenas quando S. Ex^a foi para o Ministério da Fazenda lembraram que ele poderia ter tido algum problema no Tribunal de Contas da União, problemas esses de ordem técnica, que devem ser tratados dessa forma e não como problemas de ordem política ou de corrupção. Acredito que, amanhã, S. Ex^a virá aqui para tratar a questão do IPMF, motivo da convocação de S. Ex^a; se fosse eu o convocado (não sei o ponto de vista dele ou dos outros Senadores), colocar-me-ia à disposição de todos para esclarecer qualquer dúvida. Entendo que as perguntas podem ser feitas e as respostas devem ser dadas. Durante esses dias, temos visto, repedidas vezes, questões serem levantadas que, no meu entendimento, já foram explicadas em grande parte mas que requerem de S. Ex^a as respostas que ainda se fizerem necessárias. Não tenho nenhuma razão de ordem pessoal, como disse outro dia, para interrogar S. Ex^a, porque praticamente não o conheço. Quando S. Ex^a foi Ministro dos Transportes, Diretor do DNER, ou, como anteriormente, Presidente da ELETROBRÁS, nunca o procurei; outros que o conhecem muito melhor do que eu poderiam estar aqui, neste momento, dando as explicações necessárias sobre esses fatos. Infelizmente, o silêncio é muito próprio. Por essa razão, estranho que só agora sejam levantadas essas questões que, certamente, amanhã, S. Ex^a explicará. Não falo como Vice-Líder do Governo, porque, primeiro, não o sou oficialmente e, segundo, porque não tenho nenhuma informação sobre essa questão.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Agradeço a V. Ex^a, Senador Jutahy Magalhães.

O cargo de Ministro da Fazenda é de enorme importância, assim como a presidência da ELETROBRÁS. Entretanto, quando o Ministro Eliseu Resende, que tem enorme experiência na administração pública, assume a Pasta responsável pela política econômica, a atenção se volta em especial para que instrumentos S. Ex^a irá utilizar para atingir os objetivos maiores de política econômica.

Ainda ontem, em artigo no **Jornal do Brasil**, o sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho, convidado na semana passada para dialogar com o Presidente Itamar Franco sobre a questão da fome no Brasil, apresentou a seguinte posição: "Quero saber do Ministro Eliseu Resende o que efetivamente vai fazer em termos de recursos para combater a fome no Brasil. E, num sentido mais geral, o que vai fazer para combater a pobreza no Brasil?"

Essa questão passa a ser de responsabilidade do executor maior, além e ao lado do Presidente Itamar Franco.

Como bem disse V. Ex^a, Senador Jutahy Magalhães, a expectativa agora é que o novo Ministro da Fazenda venha a responder perguntas não apenas sobre o detalhamento do IPMF, mas também traçando um paralelo entre o que ocorreu com imposto semelhante adotado na Argentina e o que se espera acontecer no Brasil. Acabo de receber cópia da legislação argentina sobre o assunto e verifiquei que lá o imposto correspondente ao IPMF tinha uma alíquota de 0,3%. É natural que façamos aqui esta indagação: o Governo brasileiro fez estudos para examinar por que esse imposto não deu certo com a alíquota de 0,3%? Por que o Governo brasileiro estabeleceu a alíquota de 0,25%? Esse percentual, na verdade, é um teto. Na lei complementar, na execução, pretende o Governo utilizar 0.15%, 0.20% ou 0.25%? Ai está um exemplo do tipo de detalhamento sobre a questão do IPMF que é preciso fazer.

Entretanto, conforme disse V. Ex^a, minha expectativa amanhã é ouvir, num sentido mais global sobre a política econômica, as ponderações, as reflexões e as diretrizes do Ministro Eliseu Resende.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Ouço V. Ex^a

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Um dos pontos com que temos que nos preocupar é evitar certos tipos de especulação que podem levar o País a grandes prejuízos. O que vimos nesses últimos dias foi uma discussão sobre um plano econômico que seria apresentado pelo ex-Ministro Paulo Haddad. Isso, segundo a própria imprensa, provocaria uma grave dúvida no mercado quanto ao próprio leilão do Banco Central de hoje. Por quê? Porque apresentariam medidas que iriam preocupar aqueles aplicadores. O Ministro Paulo Haddad disse que esse plano não existe porque não foi aceito sequer pelo Ministro Gustavo Krause. Agora surge uma nota oficial do Governo demonstrando que não há nenhum projeto econômico a respeito do alongamento da dívida interna compulsoriamente. Veja V. Ex^a a preocupação que existe com essa onda de informações que não são bem chegadas e que podem trazer graves prejuízos ao País, como já disse. Essa preocupação, todos nós — Senadores que apóiam o Governo ou Senadores de oposição crítica ou de oposição ferrenha — devemos ter presentes na nossa cabeça, porque é preciso evitar esses tipos de especulação, o que levou à decisão rápida na

escolha do novo Ministro da Fazenda. Por essas razões, manifesto a minha preocupação com essas informações mal cheçadas que têm sido apresentadas ao público e que podem trazer grandes prejuízos ao País.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Senador Jutahy Magalhães, acredito nas palavras do ex-Ministro Paulo Haddad quando disse que não estava cogitando a implementação desse plano anunciado na imprensa durante o final de semana, ainda mais porque, avalio, o mais adequado hoje é que tenhamos a elaboração da política econômica adotada de forma aberta, democrática, com consulta aos mais amplos segmentos da sociedade, seja do lado empresarial, dos trabalhadores e, em especial, dos representantes do povo no Congresso Nacional.

Avalio que será muito mais saudável para a economia, muito mais bem-sucedido qualquer plano que passar previamente por ampla discussão aberta e não secreta para ser implementada de uma hora para outra, como ocorreram com alguns dos planos idealizados e colocados em prática em anos recentes no Brasil.

Concluindo, Sr. Presidente, não poderia deixar de lembrar que hoje é o Dia Internacional da Mulher e quanto ainda é preciso ao Brasil avançar nessa área para assegurar a todas as mulheres a devida condição de igualdade na sociedade, seja no que diz respeito às oportunidades de emprego, de remuneração, de posição de comando, de direção em todos os órgãos da vida pública e da vida privada no Brasil. Também lembro dos cuidados que a Saúde Pública precisa ter para com a saúde da mulher.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas gostaria de lembrar que fiz um apelo à Presidência, durante meu pronunciamento, para que a Presidência do Senado autorize de pronto, obviamente em diálogo com a Comissão Mista de Orçamento, que o Prodasen ligue o sistema "Orçamento 93", para que possam todos os Parlamentares consultá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Informo a V. Ex^a que o apelo será encaminhado ao Presidente titular para os fins devidos.

Concedo a palavra ao Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, poderia eu haver-me inscrito para falar sobre a preocupação de todos nós com a cólera que se alastra por todo o País, sobre o IPMF que acaba de ser objeto do pronunciamento do nobre Senador Eduardo Suplicy ou sobre o Plano do Ministro da Fazenda. Um dos fatos que me estarrece, Sr. Presidente, é que, durante os quase dois meses em que o Sr. Paulo Haddad esteve à frente do Ministério da Fazenda, diuturnamente, assistíamos a opinião pública, os jornais e o próprio Presidente da República, preocupados, cobrando um plano para uma atitude que contivesse a inflação, e nada disso ocorreu.

De repente, este senhor demite-se do Governo e passa-se a falar no Plano Paulo Haddad. O Senador Eduardo Suplicy falava, ainda há pouco, de planos secretos ou planos urgentes, que só tendem a piorar a situação financeira do País.

Na realidade, disse o Senador Epitácio Cafeteira, há uma briga pela chave do cofre, porque não se pode querer também, amanhã, que o Sr. Eliseu Resende, com apenas 10 dias de nomeado, tenha um plano tirado do bolso capaz de salvar o Brasil e capaz de encontrar o primeiro mundo em um passe de mágica.

Poderia ainda, Sr. Presidente, falar do parlamentarismo, do plebiscito ou de tantos outros assuntos que estão nas manchetes, preocupando a todos nós. Mas a minha inscrição tem por objetivo prestar uma homenagem, no Dia Internacional da Mulher, à mulher brasileira, a exemplo do pronunciamento do nobre Senador Eduardo Suplicy.

A mulher tem sido, ao longo do tempo, a parte mais sublime da vida. É na mulher que buscamos a inspiração, o apoio, a proteção e, sobretudo, o amor. A mulher, que tem sido discriminada ao longo de tantos anos, tem provado, à cada dia, a sua capacidade de competir e contribuir para a melhoria da sociedade.

De forma que, neste dia, mesmo já tendo sido objeto de homenagem do nobre Senador Eduardo Suplicy, venho à tribuna desta Casa, para prestar, na pessoa das nossas colegas Senadoras, das taquígrafas e de todas as mulheres que compõem o quadro funcional desta Casa, as minhas homenagens mais puras e sinceras à mulher, que é a fonte da vida.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PDC — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto que hoje vou abordar é o plebiscito. Não só nesta Casa, mas também na Câmara dos Deputados foi grande o movimento pela antecipação do plebiscito de 7 de setembro para 21 de abril. Claro está que com essa antecipação o tempo ficou mais escasso para que houvesse melhor informação ao eleitor. Soma-se a isso a crise evidente de falta de emprego, onde o povo está muito mais interessado em saber onde encontrar um lugar para trabalhar e onde encontrar comida mais barata, se é que isso é possível.

Então, o desinteresse e a desinformação caminham de braços dados; marchamos para o dia 21 de abril sem que o povo esteja informado e, principalmente, sem que os políticos — à exceção do Presidente do PDT — tenham ido à televisão para se manifestarem. De repente, ao invés de estarem lá os políticos, os homens públicos deste País, expondo o seu posicionamento sobre o plebiscito, passamos a ter os programas de televisão baseados em artistas de novela.

São os artistas de televisão que estão fazendo o plebiscito e não os homens públicos deste País: é a Terê, é o Gótico, eles é que estão a orientar a população; vejamos: Hugo Carvana, Milton Gonçalves, Cissa Guimarães, Gilze Campos; essas pessoas é que estão fazendo propaganda do plebiscito.

O Sr. Magno Bacelar — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Com muita honra, nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — V. Ex^a está apenas iniciando o seu discurso, mas eu gostaria de apartear-lo pelo fato de que, como V. Ex^a se referiu anteriormente, apenas o Presi-

dente do PDT foi à televisão. Concordo com V. Ex^a Quem deveria estar pregando, didaticamente, a forma e o sistema de governo, para orientar a nossa população, seriam os políticos. V. Ex^a teve o cuidado de citar inúmeros artistas que estão vendendo um produto. Busca-se influenciar pela mídia e não discutir com profundidade aquilo de que é objeto o plebiscito. Mas, enquanto o Sr. Leonel Brizola, Presidente do meu Partido, foi à televisão para pregar ou para se manifestar, o que é pior, pasmem V. Ex^a, os políticos estão em luta para tirá-lo da campanha, porque preferem a mensagem trazida por aqueles que não têm o dever, tampouco a obrigação, de conhecer o sistema de Governo que será melhor para nosso País. Obrigado a V. Ex^a e parabéns por trazer o assunto esta tarde a esta Casa.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA — Muito obrigado, nobre Senador Magno Bacelar. Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Chegamos, Sr. Presidente, a ver uma propaganda do parlamentarismo, se não me engano, com a Terê — personagem da última novela da Globo —, em que ela pega o cartaz do presidencialismo e diz: “Esse eu conheço e, por isso, não quero! Esse outro eu não conheço e, por isso, vou votar nele!” Ou seja, é um desrespeito para com o povo, porque aqueles programas são patrocinados pela classe política, que, mais ou menos, parece estar envergonhada em manifestar o seu pensamento ao povo brasileiro.

O presidencialismo, nos seus programas, também feitos por artistas, tem colocado a eleição direta para presidente como a pedra de toque do regime. Então, chama a atenção, e nisso também me coloco, para as eleições diretas para presidente. E eu, que passei a minha vida toda no velho MDB, lutando para votar para presidente, me filio a essa corrente. Mas o que se vê, de repente, é que os parlamentaristas, vendo que por aí o povo também se sensibiliza — porque o povo quer escolher o Presidente —, em seus programas, colocam: “Parlamentarismo com eleições diretas para presidente”; mas não dizem que é um presidente que vai apenas compor. Dizem que vai haver uma distribuição de responsabilidades entre o presidente e o primeiro-ministro, o que não é verdade — nós sabemos. No regime parlamentarista, o Presidente presidente, representa o Estado e não o governo. E, com essa conversa, cada um fazendo de conta que vende o sabão que limpa mais a roupa, fazendo de conta que vende o dentifrício melhor para a cárie, estamos caminhando para o dia 21 de abril.

Mas cada parlamentarista tem o seu tipo de governo preferido, só não se diz qual é o tipo de parlamentarismo porque ele só vai ser votado se esse regime vencer. Na realidade, o voto seria como um cheque em branco que o povo daria ao parlamento, porque se colocássemos políticos parlamentaristas para explicar, cada um, o seu tipo de parlamentarismo, aí estaria o perigo, pois o povo não entenderia coisa alguma.

E tem mais. O programa parlamentarista nomina alguns políticos. Fulano, Beltrano e Sicrano são parlamentaristas. Mas se esquece de dizer o nome dos outros parlamentaristas, que não são nominados. E depois pergunta: “— E do outro lado, quem está?” E responde apenas mostrando gesto em que se conta os dedos. O programa teria que dizer: — Do outro lado está o povo, que quer escolher quem vai governar este País.

Por último, temos o programa da monarquia.

Mas antes de falar sobre ele, quero aproveitar este momento para fazer a minha homenagem à mulher pelo dia

de hoje. Ninguém diz: — Vote na rainha! Ninguém proclama a excelência de uma rainha para este País. Diz-se: — Vote no rei! Esquecem-se que a mulher é hoje, talvez, o segmento que mais presente está no desenvolvimento desta Pátria; se esquecem que a mulher, com a sua humildade, trabalha, talvez, muito mais do que os homens, em todos os campos, inclusive naqueles que os homens pensaram que era privilégio deles. Prestada a minha homenagem à mulher brasileira, não só à Senadora ou à Deputada, não só às nossas queridas taquígrafas, que estão aqui todos os dias a anotar os nossos pronunciamentos, não só às funcionárias da Mesa, às funcionárias da Casa, mas a todas as mulheres, à mulher-mãe, à mulher-esposa, à mulher-amiga, à mulher-companheira, à mulher-filha, continuo.

Quando ouço dizerem que se deve votar no rei, pergunto-me: — Em qual rei? Porque me parece que há dois candidatos, o Pedrão e o Pedrinho. A luta vai ser muito grande entre a corrente do Pedrão e a do Pedrinho, como hoje já é entre o Deputado Cunha Bueno e o jornalista Dario Vioti, cada um com o seu rei. Em se tratando de Pedro, seria o Pedrão ou o Pedrinho; se fosse João, aí poderíamos já entrar no ritmo da inflação e, em vez de começarmos por João III ou João IV, numa homenagem ao Maranhão, começar por João Trinta, que é maranhense. Começaríamos pelo número trinta para nos adequarmos à própria inflação.

Sr. Presidente, para atrapalhar ainda mais esse plebiscito, para apresentar um resultado ainda mais diferente da vontade popular, ainda não cristalizada, porque as pesquisas apontam para um número de indecisos muito grande, por último, para aumentar as dificuldades, resolveu participar da campanha o Tribunal Superior Eleitoral. E o que é que ele quer? Primeiro, quer tirar da propaganda o único político que está aparecendo. Não deve haver políticos em plebiscito. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, o plebiscito deve ser cantado, em prosa e verso, pelos artistas de televisão. Para que os políticos?

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA — Com muita alegria, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — O plebiscito e, principalmente, o horário gratuito, tem me deixado muito preocupado, porque, até agora, só vi, do lado parlamentarista, alguma explicação do que se pretende com esse plebiscito. Mas, assim mesmo, não exatamente uma explicação adequada, que leve a população a tomar conhecimento do que vai fazer no dia 21 de abril, sobre que vai optar e por quê. O que tenho estranhado, por parte de um dos grupos que defende o presidencialismo no horário gratuito, é a preocupação de criticar os parlamentares. Para esse grupo, ninguém vale nada no Congresso. Esse grupo faz propaganda dizendo, por exemplo: — Vocês vão deixar que esses indivíduos, desonestos, tomem conta do País e indiquem alguém para governá-lo?” Li há pouco, rapidamente, no *Jornal do Brasil*, um artigo em que a Deputada Cidinha Campos diz ter feito um levantamento que mostra que no Congresso há somente cento e dez pessoas honestas. Pergunta ela se é a essa gente que vai se entregar o poder. Não creio que essa seja a preocupação de quem quer levar ao conhecimento da opinião pública o que é regime e forma de governo. Está havendo uma confusão tal que outro dia, em minha casa, ouvindo uma conversa das empregadas domésticas, escutei-as dizerem que se voltar a monarquia, voltará a escravidão. Pensei que aquilo fosse apenas desinfor-

mação de pessoas menos esclarecidas, mas, por coincidência, lendo a seção do plebiscito no jornal **O Globo**, uma das perguntas que havia era: — Se voltar a monarquia, voltará a escravidão? Então, veja V. Ex^a o desconhecimento que há e como se está procurando levar esclarecimentos à população sobre como votar no plebiscito. Este debate está se parecendo com o das eleições estaduais e municipais, onde a preocupação de um candidato é criticar o outro e não a de esclarecer o público sobre o que vai fazer. Acho que o ex-Senador, e hoje Ministro, Paulo Brossard, tem toda razão de se preocupar. E S. Ex^a vai ter que dar um basta nisso; talvez o próprio Tribunal Superior Eleitoral tenha que interferir para explicar como é e o que se vai votar no plebiscito. Por essa razão é que aparteio V. Ex^a, que faz bem em levantar essa questão para também discutirmos; e vamos condenar aqueles que chegam ao ponto de dizer que aqui só há 110 parlamentares honestos, que dizem na televisão que ninguém aqui, praticamente, é honesto, que aqui ninguém presta, para fazer proselitismo do seu regime de governo. Aquela parte da propaganda está muito ruim, e nós devemos protestar contra ela.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA — Agradeço o aparte do nobre Senador Jutahy Magalhães, que vem corroborar exatamente aquilo que estou dizendo desde o início: ninguém esclareceu ninguém. O plebiscito foi antecipado, mas repito, ninguém esclareceu ninguém. Os grupos, as frentes foram registradas no Congresso, mas ninguém apareceu na televisão para esclarecer ao povo. E estamos caminhando para o dia 21 de abril como se isso fosse uma festa, como se nada se fosse resolver no dia 21 de abril. Na verdade, vai-se resolver tudo, vai-se resolver o essencial, que é a forma de Governo deste País. O meu pronunciamento tem esse sentido: chamar a atenção — e aí eu me permito, nobre Senador Jutahy Magalhães, dizer que estamos falhando; não digo que é a falência da classe política, mas é a sua retração em relação àquilo que é a sua obrigação principal: esclarecer. Não podemos esperar que a “Terê” ou o “Gótico” resolvam o problema da forma de governo deste País. Não podemos esperar que Cissa Guimarães, Hugo Carvana ou Milton Gonçalves mereçam a confiança do povo. Todo mundo sabe que os artistas estão ali representando; todo mundo sabe que estão ali ganhando dinheiro para fazer aquela propaganda. Então, é claro que aquilo não sensibiliza aqueles que têm algum nível intelectual porque sabem que o comercial melhor é de quem pagou mais.

Já disse, nobre Senador Jutahy Magalhães, que o Tribunal Superior Eleitoral está errando. Disse-o em pronunciamento nesta Casa e quero repetir agora. Fiz esse pronunciamento no dia em que o Ministro Paulo Brossard ia sortear a colocação da forma de governo, do sistema de governo na cédula única.

Mandei cópia do pronunciamento que fiz para o Ministro Paulo Brossard a fim de que o discurso chegasse às mãos de S. Ex^a antes do sorteio, porque me estranhava e ainda me estranha o fato de termos três formas de governo possíveis e, para cada uma delas, uma frente registrada na Mesa do Congresso Nacional.

Então, se nós só temos três formas de governo e três frentes, não pode haver quatro quadradinhos na cédula eleitoral. Aí estamos desvirtuando a vontade do eleitor.

Passei a minha vida lutando contra a sublegenda e o que vejo hoje é palpável, é matematicamente um desvirtuamento da vontade do eleitor. Todo parlamentarista vai ser instruído a votar no quadradinho um e no outro quadradinho

um. Então, ele vota monarquia e parlamentarismo; o presidencialista ensina votar tudo no quadradinho de baixo: república e presidencialismo; e os republicanos parlamentaristas dizem que é para votar no número dois na primeira forma, e votar no número um no sistema de governo.

~ São duas vertentes mandando votar no parlamentarismo: os monarquistas mandam votar no parlamentarismo; e os parlamentaristas, como V. Ex^a, mandam votar república e parlamentarismo. Dessa forma, a monarquia passou a ser sublegenda do grupo de V. Ex^a Não há como fugir disso: os votos dos monarquistas vão ser somados aos votos dos parlamentaristas.

V. Ex^a diz “se votar parlamentarismo...”. Mas, a monarquia que existe é parlamentarista, o resto é absurdo. E o Ministro Paulo Brossard disse que se contará o voto que for dado à monarquia e ao presidencialismo. Nenhum monarquista vai ensinar o eleitor a votar monarquia e presidencialismo. O eleitor vai ser levado pelos monarquistas a votar monarquia e parlamentarismo. Estamos, na realidade, com uma sublegenda do parlamentarismo e os presidencialistas ainda não se deram conta disso.

Hoje, a **Folha de S. Paulo** traz uma manchete: “Ganha o Presidencialismo”. Mas, para ganhar tem de ter maioria absoluta. A matéria diz ainda que o presidencialismo passou de 36% para 52%, e que o regime parlamentar, na opinião pública, caiu de 33% para 26% e a monarquia passou de 13 para 17%.

Então, quero somente somar, porque gosto muito de números: 17% da monarquia parlamentarista com 26% da república parlamentarista resulta em 43%. Os dois somados dão 43%. O presidencialismo ainda está na frente, com 52%.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a permite-me um aparte, já que, infelizmente, terei que me ausentar?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA — Com muito prazer, nobre Senador Jutahy. Quero que V. Ex^a me esclareça como é que vamos ter sublegenda neste plebiscito.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a está fazendo um levantamento de uma pesquisa. Não sei se V. Ex^a está com a razão. Acredito que não. Se se pergunta por parlamentarismo e monarquia, república e presidencialismo misturados, talvez os votos dados aos parlamentaristas já estejam somados com os votos dos monarquistas parlamentaristas e com os dos republicanos parlamentaristas. Talvez, nesse caso, já se tenha o resultado de 26% dos parlamentaristas. Então, depende de como a pergunta tenha sido feita. Não vai se perguntar apenas pela monarquia e mais nada. Eu gostaria até que houvesse essa soma porque mostraria que o parlamentarismo estaria mais forte.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA — Essa soma haverá de qualquer maneira.

O Sr. Jutahy Magalhães — No resultado terá que haver, mas é da pesquisa que estou falando. Eu ficaria até feliz com esse resultado porque o parlamentarismo estaria demonstrando mais força do que na realidade está tendo hoje. Espero que, com o decorrer do tempo, aumente o número de adesões ao parlamentarismo. Acredito que V. Ex^a está fazendo uma soma indevida com os dados da pesquisa.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA — Quero dizer a V. Ex^a que há três correntes de opinião, três frentes. Cada uma delas com uma forma de governo, são três quadradinhos. Faz-se

um sorteio para ver qual é o primeiro, qual é o segundo e qual é o terceiro.

Nós temos o quê? Monarquia parlamentarista, república parlamentarista e república presidencialista. O resto é fantasia. Se querem colocar sublegenda, coloquem. Agora, se por força dessas sublegendas, aparecer um resultado diferente da vontade da maioria do povo, não fiquem surpresos se os carapintadas voltarem para a rua exigir o que é certo, exigir o que é correto, exigir que a vontade de povo se faça cumprir.

O Sr. Bello Parga — Permite-me um aparte, Senador Eptacio Cafeteira?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA — Vou ouvir primeiro o Senador Guilherme Palmeira e, depois, se a Presidência tiver condescendência, ouvirei, também, V. Ex^a

O Sr. Guilherme Palmeira — Senador Eptacio Cafeteira, evidentemente, sempre que V. Ex^a assoma à tribuna o faz com brilhantismo, então não há por que elogiar a sua palavra, as suas ponderações, as suas colocações. Na verdade, creio que o que aconteceu é irreversível. A antecipação do plebiscito poderia ter acontecido em outro momento, com mais esclarecimento ou, talvez, na revisão constitucional, o próprio Congresso poderia examinar o que seria melhor para o País em termos de regime. Hoje estamos diante de uma realidade. Concordo, em parte, com o que V. Ex^a defendia ou explanava em relação aos programas, à maneira como estão sendo feitos, ou seja, radicalizando-se determinadas questões, quando, na verdade, o ideal seria esclarecer. O povo brasileiro, o eleitor brasileiro, está precisando de esclarecimento. Mas como o tempo era muito curto — estou fazendo ilações sobre a montagem da questão — houve um acordo entre as diversas correntes que defendem o parlamentarismo, o presidencialismo e a monarquia como forma de governo. Tudo isso faz parte, repito, de um acordo entre as lideranças de todos os grupos. Cada grupo procurou apresentar o que achava melhor no sentido de esclarecer a população. Não fora isso, não haveria necessidade do programa eleitoral. Acho que a intenção é a melhor possível. Ao mesmo tempo, Senador Eptacio Cafeteira, as lideranças têm promovido seminários, encontros e debates com diversos segmentos da sociedade, independentemente do que ocorre na televisão e no rádio. Isso não está deixando de existir. Por exemplo, quem defende o parlamentarismo ou o presidencialismo ou a monarquia está procurando esclarecer os diversos segmentos da sociedade, seja a classe trabalhadora, seja a classe estudantil, seja a classe empresarial, promovendo esses encontros, esses debates, essas discussões. Acredito que, a partir da segunda quinzena deste mês, se comece a levar para a televisão esse debate. O ideal é que se promovam debates, ao invés da montagem de um marketing que pode significar, para cada um, uma coisa diferente, mas que não esclarece nada à população. Penso que o debate contribui muito para que haja esse esclarecimento. Agora, acho também que não há nenhum objetivo, nem do Tribunal Superior Eleitoral, nem do Ministro Paulo Brossard, em beneficiar qualquer tipo de sistema, qualquer tipo de forma de governo. O que se quer, o que o Ministro Brossard defende e que todos nós defendemos, e que partiu desse acordo das lideranças parlamentaristas e presidencialistas, é um consenso sobre a formulação da cédula. Houve um acordo, discutido com as lideranças e aprovado aqui, mas vetado pelo Presidente Itamar. Não houve nenhum tipo de pressão, mas houve um acordo — não sei se justo ou não — que foi discutido aqui, no plenário do Senado. Penso que deveríamos discutir aqui

e defender o nosso voto, o que não houve. Delegou-se para que o Presidente fizesse uma acomodação, que foi o veto, e, em seguida, o próprio Tribunal Superior Eleitoral, segundo nas diversas propostas expostas, definiu-se por uma cédula. Não houve nada predeterminado, na minha opinião. Acredito que os fatos serão esclarecidos e que o povo livremente escolherá o regime desejado. Claro que V. Ex^a defende a manutenção do presidencialismo; defendo o contrário, por entender que o parlamentarismo é o melhor caminho para o País — jamais fui a um jornal, a uma rádio, a uma televisão ou à tribuna desta Casa para dizer que isso seria a salvação do País. Mas acho que é o caminho para se politizar mais este País, para se criar partidos fortes, partidos programáticos e também ideológicos, partidos que tenham condições, dentro do sistema parlamentarista, de atrair uma renovação política para este País. O que queremos não é permanecer nem trocar cargos por prestígio; queremos aquilo que o povo deseja, mas por meio de um programa, de uma proposta ideológica, e é isso que defendo. Penso que a grande maioria dos que defendem o parlamentarismo enxergam esse caminho, o caminho da renovação, de uma modernização que não é essa que está na boca de todo mundo. Hoje qualquer proposta tem que recair sobre uma modernização que, às vezes, não tem nada de modernização, chegando a ser retrógradas determinadas propostas. Nobre Senador, utilizei este espaço que me foi cedido por V. Ex^a só para colocar o meu ponto de vista e, claro, continuarei a ouvir, com a atenção devida, seus esclarecimentos e suas palavras.

O Sr. Bello Parga — Nobre Senador Eptacio Cafeteira, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EPITACIO CAFETEIRA — Como V. Ex^a pode observar, o meu tempo se encontra esgotado. Assim sendo, se o Presidente permitir e V. Ex^a for breve, muito honraré o meu discurso nesta tarde.

O Sr. Bello Parga — V. Ex^a se insurge contra a cédula que foi definida pelo Tribunal Superior Eleitoral. Mas me parece, Senador Eptacio Cafeteira, que o TSE não poderia proceder de outra forma, ou seja, não poderia encontrar outra maneira de submeter o eleitorado a outra opção que não aquela, porque advém do dispositivo constitucional, que é claro quando diz que o povo vai se manifestar entre as formas de governo e entre os sistemas de governo. Essa formulação é que pode ter sido equivocada, mas ela existe, foi a vontade dos constituintes e não me parece que o Tribunal Superior Eleitoral, nem nós, do Congresso, poderíamos fazer uma cédula diferente daquela, utilizando aquilo que V. Ex^a chamou de as três correntes que deveriam ser submetidas ao eleitorado. Muito obrigado.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA — Sr. Presidente, vou encerrar. Peço apenas a gentileza de V. Ex^a, que tem sido muito benévolo com esse orador, para dizer algumas palavras mais aos nobres Senadores Guilherme Palmeira e Bello Parga.

Dizer, por exemplo, ao Senador Guilherme Palmeira que talvez o regime parlamentarista seja bem melhor que o presidencialismo. Precisaria, todavia, termos um Estado tipo França, Alemanha ou um Estado unitário dividido em distritos para eleger os parlamentos. Aqui, não vamos fazer isso: colocar um pedaço do Piauí com um pedaço do Maranhão para fazer um distrito. Então, terminariamos por acabar com a Federação. Passariamos a querer usar um remédio que não é adequado para o Brasil.

Por outro lado, não temos partidos fortes. Temos, aqui, partidos que são meros instrumentos cartoriais de registro de candidatura. Então, dentro dessa colocação, dificilmente se tem hoje como olhar um parlamentarismo que possa melhorar este País.

Ainda esclarecendo a V. Exª e agora também ao Senador Bello Parga, volto a repetir: realmente a Constituição dizia que se tinha que votar a forma e o sistema de governo. Mas, o Tribunal teria que fazer isso com a adaptação normal. Não se pode ter uma forma de governo, como a monarquia, que possa ser votada junto com o sistema que é presidencialista.

Então, aqueles quatro quadradinhos da cédula, nobre Senador Bello Parga, vão criar uma brutal confusão e vão dar os votos dos monarquistas aos republicanos parlamentaristas, porque os votos dos monarquistas são bem inferiores aos dos republicanos parlamentaristas.

Mas temos que saber disto e temos que proclamar para nossas consciências que estamos levando o povo a ser enganado. Sabemos que um grupo se beneficia e outro se prejudica, mas temos isso em nossa consciência. E aquilo que dizia o nobre Senador José Paulo Bisol: "quando a gente precisa aprender o que é certo e o que é errado; nunca se vai aprender o que é moral e o que é imoral se a pessoa não souber discernir, não vai fazer coisa alguma e não vai saber o caminho do moral".

Esta cédula dá à monarquia parlamentarista condições de sublegenda da república parlamentarista. Disse em meu pronunciamento, até de uma forma grosseira: "É uma eleição entre Manoel, Luís e Manoel Luís: os votos dados a Luís vão para Manoel Luís, os votos dados a Manoel vão para Manoel Luís e os votos dados a Manoel Luís também são de Manoel Luís".

Estamos enganando o povo e não temos esse direito. Tomamos aqui uma posição vertical no momento da votação do **impeachment**; dissemos que éramos contra qualquer enganação ao povo.

Fala-se que se pode mudar, sem crise, um gabinete, se o mesmo cometer erros e que, no presidencialismo, é difícil acontecer isso. O que se viu aqui, neste País presidencialista — e para muitos até um presidencialismo imperial — é que se tirou o Presidente da terra de V. Exª, enquanto que, na Itália parlamentarista, já renunciaram dois ou três Ministros; um suicidou-se e o Gabinete não cai, porque é produto da maioria do Parlamento. Os caras-pintadas foram para as ruas — apanharam muito — e todas as vezes que forem às ruas, na Itália, reclamar contra o governo parlamentarista, vão apanhar e não vão mudar o Gabinete.

Por coincidência, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tivemos no final do ano passado, com a renúncia do então Presidente Fernando Collor, e estamos tendo no início deste ano esses exemplos de Brasil e Itália, de presidencialismo e de parlamentarismo. Daí por que a melhor propaganda, nessa mídia onde os políticos não falam — quem fala é a Terê e o gótico — é aquela em que o cidadão coloca o retrato de Collor e depois o retira. É isso que se pode fazer; é aí que está a essência do regime.

Sr. Presidente, talvez eu seja um dos poucos parlamentares a usar a tribuna para dizer o meu ponto de vista. Faço-o, porque foi esta tribuna que o povo do Maranhão me entregou. Não tenho a televisão, nem o rádio. Se eu tivesse um meio de comunicação, estaria levando meus pontos de vista ao povo brasileiro, porque considero da maior importância que ele seja esclarecido.

Não aceito aquela colocação do nobre Senador Guilherme Palmeira de que está havendo reuniões; mas são reuniões em recintos fechados. Lembro-me de que, quando ingressei na política, em 1962, discursávamos em cima de tamboretas, sem direito a uma boca de alto-falante. Prefiro falar dez minutos numa cadeia de televisão a fazê-lo dez anos em recintos fechados, para levar uma opinião ao povo brasileiro.

O programa eleitoral gratuito foi criado para levar informação aos eleitores. As reuniões em recintos fechados são para determinados cartolas, que são os donos desses recintos fechados. Eu me acostumei a conversar com o povo, e o povo só tem condições de ouvir no rádio e na televisão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela forma cortês com que V. Exª, parlamentarista que é, ouviu as palavras de um presidencialista que quer, num desabafo, dizer: vamos esclarecer o povo brasileiro, para que não tenhamos um resultado que o próprio povo conteste depois da apuração.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Alvaro Pacheco — Áureo Mello — César Dias — Dario Pereira — Eduardo Suplicy — Henrique Almeida — Hydekel Freitas — Jonas Pinheiro — Lavoisier Maia — Levy Dias — Pedro Teixeira — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 217, DE 1993

Nos termos dos arts. 216 e 238 do Regimento Interno, formulo o seguinte

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Justiça:

1. A Portaria nº 164/91, do Ministério da Justiça, que trata da Certificação de Equipamentos Elétricos para Atmosferas Explosivas, vem sendo cumprida integralmente pelos fabricantes dos equipamentos referidos?

2. As disposições da carta INMETRO/DINQP 692/92 têm prevalecido sobre as normas contidas na Portaria nº 164/91, com as quais conflita?

3. Tem sido aplicado algum tipo de punição aos fabricantes que não têm se enquadrado nas normas da Portaria nº 164/91? Qual?

4. Qual a política prevista para o setor, em termos de fiscalização dos fabricantes e obrigatoriedade de cumprimento das normas da Portaria nº 164/91?

Sala das Sessões, 8 de março de 1993. — Senador **Jutahy Magalhães**.

Ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 34 Srs. Senadores.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 29, de 1992, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar, tendo

— Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário:

— Relator: Senador Elcio Álvares, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; 1º pronunciamento (sobre o Projeto), 2º pronunciamento (sobre a Emenda de Plenário);

— Relator: Senador Nabor Júnior, em substituição à Comissão Diretora: 1º pronunciamento (sobre o Projeto). (Dependendo de parecer sobre a Emenda de Plenário.)

Nos termos do art. 140, alínea a do Regimento Interno, designo o nobre Senador Nabor Júnior para proferir parecer sobre a emenda de plenário.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a emenda, de autoria do Senador José Paulo Bisol, ao art. 1º do Projeto de Resolução nº 29, de 1992, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar, objetiva transferir para o Plenário a incumbência da eleição do Corregedor e dos três Corregedores-Substitutos.

O projeto, de autoria do Senador Humberto Lucena, determina, no seu art. 1º, que a Mesa designará, logo depois de eleita, quatro de seus membros efetivos como Corregedor e Corregedores-Substitutos, nos moldes do que foi adotado na Câmara dos Deputados.

Tendo em vista a intenção de democratizar essa escolha, transferindo-a para o Plenário, ao invés de mantê-la como prerrogativa da Mesa, o Relator opina favoravelmente à emenda do Senador José Paulo Bisol.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer conclui favoravelmente à emenda.

Completada a instrução da matéria, a votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O item 2, em fase de votação, também fica adiado.

É o seguinte o item adiado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 30, de 1992, de autoria do Senador Humberto Lucena, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, tendo

— Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário,

— Relator: Senador Elcio Álvares, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

— Relator: Senador Nabor Júnior, em substituição à Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — **Item 3:** **SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO** **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 1991**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1991 (nº 3.490/93 na Casa de origem), que estabelece normas de contribuição ao INSS dos clubes de futebol profissional, parcelamento dos débitos e dá outras providências, tendo

— Parecer favorável proferido em Plenário:

— Relator: Senador Bello Parga, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

Passa-se à discussão da matéria em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação da matéria fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — **Item 4:** **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 1993**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1993 (nº 3.520/93 na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. (Dependendo de Parecer.)

Nos termos do art. 140, letra a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Bello Parga para proferir o parecer, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. BELLO PARGA (PFL-MA. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: designado pela Presidência, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, passo a emitir parecer sobre a matéria.

De iniciativa do Poder Executivo, o presente Projeto de Lei tem por objetivo assegurar a inserção, no Regime Geral de Previdência Social, do ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal.

A Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem do Senhor Presidente da República, ressalta que a proposição atende ao mandamento constitucional expresso no art. 40, § 2º, segundo o qual "a lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários".

Para alcançar seu objetivo, o Projeto de Lei em causa propõe alterações em três diplomas legais:

1) Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais;

2) Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui seu Plano de Custeio;

3) Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

As modificações evidenciadas são decorrentes da vinculação previdenciária do servidor ocupante de cargo em comis-

são, sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social, conforme está expresso no art. 1º do projeto. O servidor de que trata a presente proposta passa a ser contribuinte obrigatório do sistema previdenciário, podendo usufruir de todos os seus benefícios.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado em regime de urgência, tendo sido, na ocasião, acolhidas emendas de plenário. Essas emendas asseguram ao servidor que as contribuições recolhidas desde o início do seu vínculo com a administração direta, autárquica e fundacional serão computadas para efeito de percepção dos benefícios previdenciários.

A matéria preenche os requisitos de constitucionalidade, juridicidade, e está lavrada em boa técnica legislativa. Além do mais, atende, a nosso ver, ao interesse de significativa parcela de servidores que não está integrada a nenhum plano de seguridade social por falta de lei que regulamente o § 2º do art. 40 da Constituição Federal. É, portanto, da maior importância que esta Casa acate a proposta em exame, em razão do enorme alcance social que ela contém.

Em face do exposto, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer conclui favoravelmente à matéria.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação da matéria fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Item 5:

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1993 (nº 48/91, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos da Constituição Federal (Sistema Tributário Nacional), tendo

Pareceres sob nº 25 e 34, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento (sobre a Proposta), favorável; 2º pronunciamento (sobre as Emendas), contrário. (3ª sessão de discussão.)

Em obediência ao disposto no art. 363 do Regimento Interno, transcorre hoje o último dia de discussão, em segundo turno, da proposta, para apresentação de emendas de redação assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Passa-se à discussão da matéria, em segundo turno.

O Sr. Guilherme Palmeira — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL-AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, lamentavelmente, no último dia de discussão de uma emenda constitucional da importância que tem esta da reforma fiscal, estamos com o plenário praticamente vazio. Lamento, inclusive, a ausência do meu Líder, o Líder do PFL, Senador Marco Maciel. Gostaria que S. Exª estivesse presente a este meu pequeno pronunciamento, e que o nosso Partido cumprisse o seu programa, não adotando a criação de mais esse imposto, que vem, mais uma vez, sobrecarregar o contribuinte e a sociedade de uma maneira geral.

Sr. Presidente, em janeiro de 1990, o economista Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque publicou um artigo no jor-

nal *Folha de S. Paulo*, intitulado “Por uma Revolução Tributária”. Continha o referido artigo uma ousada proposta de reforma tributária. Foi lançada a idéia da substituição de, praticamente, todos os impostos por um que incidisse, tão-somente nas transações monetárias. A *Folha de S. Paulo*, em extenso editorial, com o título “Choque de Coragem”, endossou a proposta, pedindo o seu amplo debate.

Surgiram, então, uma série de artigos ensejando o debate do tema com a sociedade. A idéia de um imposto único, como passou imprópriamente a ser chamado, ganhou espaços e apoios importantes, inclusive no Congresso Nacional.

Por iniciativa do Deputado Flávio Rocha, começou a tramitar no Congresso proposta de emenda constitucional, criando o imposto imaginado pelo Prof. Marcos Cintra. E dentre seus defensores inclui-se o Deputado Roberto Campos, economista de destaque nacional e internacional.

A tese, sem dúvida alguma, fascinou a todos que sonham com a eliminação da excessiva regulamentação e com a simplificação do sistema tributário. Ocorre que, no Governo Collor, a comissão que estudou a reforma tributária e o ajuste fiscal, presidida pelo Dr. Ari Oswaldo de Matos Sobrinho, apropriou-se da idéia para, com baixa alíquota, lançar o imposto. É evidente que a intenção inicial se viu deturpada e o sonho de imposto único transformou-se, impiedosamente para a sociedade, em mais um imposto.

É verdade que na proposta do Governo Collor o novo imposto serviria para substituir o PIS/PASEP, o Finsocial e outros encargos onerosos sobre a folha de pagamento das empresas. Assim colocado, ainda poderia ser feita a defesa de sua vigência, já que a diminuição dos encargos sobre a folha permitiria um aumento real de salários, uma maior capitalização para as empresas e o ingresso dos chamados informais no mundo legal.

Visto deste ângulo e considerando ainda a simplicidade da arrecadação e a baixa possibilidade de sonegação, era de se estudar a aprovação ou não do novo tributo. Ocorre que, com o advento do Governo Itamar, o estudo da Comissão Ary Oswaldo foi praticamente posto de lado, só restando a perversa herança transformada no IPMF, um novo imposto que a nada substituirá. Uma marca flagrante da incapacidade do Estado, penalizando, mais uma vez, a sociedade.

Não é possível que num País em que o Estado possua tantos ativos e estes custem tanto à sociedade, não se realize a privatização, não se contenham os gastos e, perversamente, se puna a sociedade com mais um imposto.

Sr. Presidente, quero dirigir-me, e gostaria que aqui estivesse presente o Líder Marco Maciel, aos meus colegas de Bancada, para lembrar que o manifesto e o programa do PFL, por si só, repudiam a criação de um imposto penalizador da sociedade, como este.

Lembro que defendemos o lema “mais cidadãos e menos Estado”.

Este imposto é um achincalhe para o cidadão e tem que ser repellido por um Partido que defende idéias liberais. Estamos renegando os postulados que mostraram a criação de uma agremiação e correndo o risco de recebermos o troco da nossa incoerência no julgamento popular das urnas.

O Sr. Affonso Camargo — V. Exª me permite um aparte, Senador Guilherme Palmeira?

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Com muita honra, Senador Affonso Camargo.

O Sr. Affonso Camargo — Imaginei que V. Ex^o fosse desistir de falar hoje, devido às ausências dos nossos colegas. Mas, nobre Senador, temos que fazer uma análise do que passa, hoje, no espírito dos parlamentares brasileiros. V. Ex^o disse bem: amanhã teremos a presença do novo Ministro da Fazenda nesta Casa, num momento que não diria crítico, mas de muita importância para o País, quando temos o plenário relativamente vazio. V. Ex^o aborda novamente o problema do IPMF, dizendo que o IPMF deveria substituir outros tributos. E pelo conhecimento que tenho, o próprio Governo Itamar Franco, quando encaminhou a sua proposta para discussão na Câmara dos Deputados, naquela comissão que tratava da questão do ajuste fiscal, havia proposto a substituição, a eliminação, de outros tributos. A Câmara, além de não eliminar os outros tributos, acabou criando o IPMF.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — É verdade.

O Sr. Affonso Camargo — Agora, a matéria veio para o Senado e, como normalmente ocorre, atabalhoadamente vamos decidir. E ficamos na seguinte situação: se discutimos, se tentamos mudar alguma coisa, somos chamados de impatriotas, estamos contra o governo, contra o Poder Executivo. Não se pode nem discutir. Eu me recordo que o Senador Albano Franco propôs uma série de subemendas, mas acabou se submetendo à idéia de que não devíamos alterar a matéria, porque ela voltaria à Câmara, atrasando a implantação do imposto, e que, quando formos elaborar a lei complementar, nós consertaremos. É o tal jeitinho brasileiro, que eu acho que não vem dando certo. De jeitinho em jeitinho, ao invés de estarmos melhorando, estamos piorando o País. A minha posição já ficou definida no primeiro turno de votação da matéria. Considero esse imposto inconveniente, não vejo por que aprová-lo. Quero parabenizar V. Ex^o, não pelo fato de estar contra esse imposto, mas por vir aqui para discutir assunto de tanta importância.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Muito obrigado, Senador Affonso Camargo. Todos nós, acho que a maioria dos Parlamentares brasileiros, especialmente os do Senado, sabemos que este imposto tem um efeito cascata. Os cálculos que têm sido feitos, não pelos empresários, não por centrais sindicais, mas por vários analistas econômicos, apontam que vamos ter, de saída, com a aprovação desse imposto, um aumento no preço dos produtos que varia de 4% a 10%.

Ora, no momento em que se propõe acabar com a inflação — esta é uma luta de governos e governos — vem um novo imposto. Vai ser com mais esse imposto que vamos acabar com a inflação e a recessão? Evidentemente que não.

O que isso vai significar para o caixa do Governo? Para aonde vão esses recursos? Que retorno nós teremos desses recursos? Não sabemos.

Se em outubro teremos a revisão constitucional, por que não discutimos com a sociedade, com os partidos políticos, com os sindicatos, uma reforma que atenda definitivamente aos interesses do País?

Esse imposto simplesmente vai complementar o caixa de um Governo que até agora se mostrou incompetente para descobrir uma saída, onerando mais o consumidor, o trabalhador, o povo. É um grande problema que não tivemos oportunidade de discutir em profundidade. Por que não se esperar outubro e se fazer algo definitivo e intocável?

O Sr. Affonso Camargo — Nobre Senador Guilherme Palmeira, o argumento que mais ouço é se o IPMF estará

comprometido com a governabilidade do País. O que tem a ver a governabilidade de um país como o Brasil com a criação de um novo imposto?

O SR. GUILHERME PALMEIRA — É verdade, nobre Senador.

Por isso defendemos o parlamentarismo, ou seja, por ter um programa que, obrigatoriamente, precisa ser executado, sob pena de o Governo não prosseguir.

Sr. Presidente, apelo ao eminente Líder e primeiro Presidente do PFL, Senador Marco Maciel — cuja presença seria importante neste momento —, no sentido de que retire o apoio da nossa Bancada a esse esbulho para com a sociedade brasileira.

Dirijo-me agora a todos os integrantes desta Casa — gostaria que aqui estivessem —, para lembrar que a Nação está acompanhando os nossos votos, e, como Casa revisora, temos o dever de não permitir que o erro da Câmara dos Deputados seja ratificado, como já fizemos no primeiro turno. Ainda há tempo.

O Congresso Nacional está passando para a sociedade a idéia de que a maioria está votando a favor do projeto para barganhar cargos e, por outro lado, ter mais recursos para pulverizá-los nos projetos eleitoreiros. Não é isso que imaginamos dos membros deste Parlamento, mas, infelizmente, é o que está sendo passado para o povo brasileiro.

É preciso dar um basta a essa ação imprópria de penalização da sociedade. É preciso que exijamos do Governo rapidez na privatização e eliminação radical dos seus gastos.

O Senado não pode se quedar, tem que reagir, encontrar-se com o povo, que espera uma ação nossa, impedindo mais um avanço na bolsa dos contribuintes para manter um Estado inchado, ineficaz e com uma máquina eivada por corrupção.

Por que não se aguarda o momento da revisão constitucional — como já frisei — e, assim, numa profunda discussão com a participação de todos os segmentos da sociedade, possamos promover uma ampla reforma tributária que atenda definitivamente aos interesses do País?

Como liberal convicto, como Senador comprometido com a defesa dos meus amigos e eleitores de Alagoas, como brasileiro, declaro meu voto contra essa excrescência que é o IPMF.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Continua em discussão.

O Sr. Nabor Júnior — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem V. Ex^o a palavra.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Para discutir.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, acabamos de ouvir as palavras do ilustre Senador Guilherme Palmeira, manifestando-se contra a aprovação da Emenda Constitucional que institui o Ajuste Fiscal e cria, em seu bojo, o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira. S. Ex^o, mais uma vez, historiou os motivos de sua posição contrária à medida, que não é nova, ao contrário, vem desde o Governo Collor, que a apoiou e foi explicada por técnicos e Ministros diversos nos meses que já consumiu em sua tramitação.

A tônica dos depoimentos oficiais sempre foi no sentido de que se trata de uma necessidade inadiável para assegurar

ao Governo as condições mínimas de promover o desenvolvimento do País, a curto prazo, ensejando a superação dos dramas atuais com desemprego, estagnação econômica, inflação descontrolada e canalização de recursos importantes, que são gastos com o serviço da dívida interna ao invés de ajudar a massa crescente de miseráveis a melhorar de vida.

Procura-se, hoje, dizer que o Ajuste Fiscal não passa da criação do IPMF, o que não corresponde à realidade; e, se o fosse, a responsabilidade seria do próprio Congresso, que eliminou, na primeira fase, na Câmara dos Deputados, o enxugamento e a racionalização tributária, que previa o remanejamento de impostos e, destarte, a vinda do Imposto sobre o Valor Agregado, imposto sobre o Patrimônio e tantos outros, modernos e mais justos.

O IPMF, portanto, não é uma imposição do Governo Itamar Franco, que já o encontrou sob exame do Legislativo; trata-se, fundamentalmente, de uma necessidade inadiável para a atual administração fazer face aos compromissos financeiros e sociais, sob pena de agravamento da crise a ponto de liquidar as disponibilidades do Caixa e impedir o pagamento de fornecedores e do próprio funcionalismo.

O grande mérito do IPMF, além de sua assumida transitoriedade, é a abrangência. Dele não escaparão os contraventores, os criminosos, os correntistas "fantasmas", os manipuladores de caixas-dois, os traficantes — e isso, sem dúvida, ajuda a explicar a furiosa reação que provocou, através, inclusive, de informações e argumentos distorcidos. Empresários e banqueiros promovem uma torrente de pressões sobre o Senado, tentando reverter a tendência que já aprovou, no primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional sob exame.

Entre esses adversários do Ajuste, encontramos alguns beneficiários de leis criadas no Governo anterior, que os liberou do pagamento do Imposto de Renda durante dois ou três anos. Realmente, pagar impostos, para eles, é algo impensável ou descartável, apesar dos lucros fabulosos auferidos nesse período de estagnação collorida.

Nem falo dos correntistas fantasmas, pois esses não têm mesmo qualquer possibilidade de ser alcançados pelo fisco — a menos que se crie o IPMF, cujo maior mérito, repito, está na abrangência. Valho-me das informações já cristalizadas pela CPI da Evasão Fiscal, em funcionamento no Congresso Nacional: a sonegação no Brasil é superior à arrecadação, porque os descaminhos da estrutura são feitos justamente para massacrar o assalariado e o empresário honesto, oferecendo aos demais uma vasta rede de artifícios contábeis para fugir a esse dever coletivo. A fertilidade imaginativa dos sonegadores criou expressões como "economia informal", hoje estimada em 30% do PIB e que não passa da velha teoria de que "quem paga imposto é operário". Outra forma consagrada de sonegação é o caixa-dois e atingi-lo, como faz a presente proposta, é lancetar o tumor de isenção fraudulenta.

São esse que estão-se insurgindo contra a aprovação do Ajuste Fiscal.

O Sr. Guilherme Palmeira — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Terei o prazer de ouvir V. Exª, nobre Senador Guilherme Palmeira. E logo após fazê-lo, darei ciência à Casa de um artigo publicado na edição de ontem do *Jornal do Brasil*, assinado pelo economista e Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, Sr. João Dias Neto. Sua leitura, certamente, ajudará a esclarecer o Senado e as pessoas menos

avisadas que fazem um verdadeiro cavalo de batalha em torno da criação desse imposto, que é necessário não apenas para o Governo, mas para a sociedade como um todo, pois se torna mais ameaçadora a cada dia a perspectiva de paralisação completa da máquina administrativa e dos mecanismos de pagamento dos compromissos governamentais.

Ouçó, agora, o nobre Senador Guilherme Palmeira.

O Sr. Guilherme Palmeira — Senador Nabor Júnior, V. Exª sabe da admiração que tenho pela sua pessoa, mas lamento discordar das colocações que faz neste instante. Primeiro, não defendi o que foi trazido ao Congresso Nacional pelo Presidente Fernando Collor; defendi sim, se V. Exª prestou atenção, o projeto do economista Marcos Cintra, que se transformou, em seguida, numa emenda constitucional através do Deputado Flávio Rocha, que praticamente criava o que seria o Imposto Único. Na verdade, não é o Imposto Único, mas, sim, o somatório de todos os impostos, visando simplificar a burocracia da arrecadação e evitar a evasão fiscal; seria também utilizado como imposto sobre os cheques e as transações financeiras, mas eliminaria, ainda, vários outros que permanecem na proposta do Presidente Itamar Franco. Acredito que haja necessidade de uma reforma tributária ampla e definitiva. Mas, por que não implementá-la na época da revisão constitucional, em outubro próximo? Será que seis meses de arrecadação desse novo imposto vão salvar o País da situação crítica em que se encontra, situação herdada pelo Presidente Itamar Franco e que vem através de vários mandatos presidenciais? Acho que não. Quero esclarecer que não estou defendendo, pelo contrário, creio que o projeto do economista Marcos Cintra já foi deturpado quando da proposta que a comissão, escolhida pelo Presidente Collor, trouxe para o Congresso. Acredito que aí já havia uma deturpação do que se imaginava, do que se queria, do que se desejava. Não estou defendendo isso e não duvido das boas intenções do Presidente Itamar Franco. Estou criticando com a intenção de que o Presidente da República acerte. Não podemos enfrentar outro fracasso do Governo; se não, onde vamos parar? Não é isso que queremos. Pretendemos, sim, colaborar para o aperfeiçoamento das propostas no sentido de que sejam aprovadas e tornadas realidade, dentro de um caráter de seriedade. Queria esclarecer ainda que não tenho dúvida de que V. Exª está fazendo uma defesa lúcida da implantação desse novo tributo — não estou aqui defendendo o interesse de empresários ou de quem quer que seja; estou defendendo o que eu penso, o que imagino, de acordo com o que li e procurei apreender e que não me convenceu. Acho que não é um bem para o País, nem para a sociedade brasileira. Muito grato a V. Exª

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço a V. Exª pela atenção e o aparte. A proposta de introdução do Imposto Único é de autoria do Deputado Flávio Rocha e se baseia em estudos de outro brilhante acadêmico, o Dr. Marcos Cintra. Trata-se de sugestão controversa, alvo de críticas fundamentadas e enaltecida por partidários ferrenhos. Seus maiores opositores estão nos governos estaduais e nas prefeituras, preocupados com a centralização que propiciaria ao Governo Federal. Estados e municípios praticamente eliminariam seus próprios mecanismos arrecadadores, tornando-se dependentes da União para colher recursos, vítimas potenciais de manobras capazes de prejudicar os programas estaduais e municipais de investimento ou custeio.

Isso já acontece, mas ficaria muito pior.

Apenas para ilustrar esse risco concreto, cito episódio ocorrido quando tive a honra de governar meu Estado, o Acre. Estudo feito pelos técnicos do Ministério do Planejamento comprovaram que teríamos direito a duas ou três vezes mais do que a União nos repassava, com base em sua arrecadação específica. Esse dados foram tirados de relatórios e publicações do próprio Ministério do Planejamento, a cujo titular — hoje Deputado Delfim Netto — pedi audiência para levar os estudos e cobrar a parcela omitida nos repasses federais.

S. Ex^a declarou não acreditar que tal irregularidade efetivamente estivesse ocorrendo, mas prometeu apurá-la. Mas o Acre nunca foi ressarcido, ou seja, a União arrecada o que pode e quer concentrar esses recursos em seu próprio Tesouro e só repassa a estados e municípios o que seus técnicos determinam. Ora, o cogitado imposto único viria concentrar ainda mais na máquina federal o sistema cobrador de tributos, o que não poderia mesmo contar com apoio de prefeitos e governadores.

Não me recuso, nobre Senador Guilherme Palmeira, a estudar a questão do imposto único. Jamais me recuso, aliás, a examinar qualquer sugestão legítima e sincera que prometa melhorar as condições do País — mas confesso que, até agora, todas as informações que me chegaram às mãos indicam ser esta uma proposta inviável e descabida, nociva aos princípios e às exigências do nosso regime federativo.

A única alternativa ainda em aberto é o IPMF: se tiver bons resultados e se mostrar viável em termos operacionais, poderá ser um primeiro passo para o exame objetivo da implantação do imposto único. Reafirmo, todavia, minha desconfiança quanto à substituição dos atuais tributos federais, estaduais e municipais por uma taxa invariável de 1% sobre a movimentação de cheques. Ora, se a "imaginação criadora" de empresários e sonegadores em geral já procura burlar os 0,25% do IPMF, imaginem quando esse percentual for quadruplicado...

A outra questão levantada pelo Senador Guilherme Palmeira diz respeito à oportunidade. Segundo S. Ex^a, o ajuste sob exame deveria ser deixado para quando da revisão constitucional, prevista para o segundo semestre do corrente ano — mas, *data venia*, permito-me lembrar que esse processo deverá consumir no mínimo alguns meses, talvez mais de um ano. A crise, entretanto, está hoje na absoluta falta de recursos para os governos, nos três níveis, trabalharem no sentido de quebrar os impasses financeiros e superar a inflação estagnada onde o Brasil se atolou.

O próprio calendário da revisão constitucional pressupõe tais prazos, o que deixaria para 1995 o início da fase de colher frutos de eventuais benefícios tributários.

É importante destacar, em arrimo ao IPMF, a obrigatoriedade de alocar 20% de seu montante na construção de casas populares, propiciando, ao que se acredita, a criação de 200 a 300 mil novos empregos, além de atingir a meta específica de reduzir o agudo problema da falta de teto para centenas de milhares de famílias em todo o País. Outro aspecto adicional, também da maior importância, é que a construção civil representa o veículo mais imediato de retomada da mão-de-obra e da atividade econômica no Brasil.

Outra vinculação importante foi proposta pelo Senador Albano Franco: 50% do produto do IPMF, sugere S. Ex^a com sua dupla importância de parlamentar e de líder empresarial, seriam destinados à quitação da dívida interna, o que reduziria sensivelmente a ciranda financeira e daria fôlego

ao Governo para se equilibrar, reduzindo os gastos exorbitantes a que hoje é obrigado, na rolagem de seus próprios títulos. Ou seja, pela primeira vez, os juros altos vigentes no mercado financeiro estão ameaçados de fato. Apesar dos protestos do próprio Presidente Itamar Franco; o Governo não consegue fugir da captação de recursos no mercado, através dos títulos do Banco Central; o Governo é refém dos grandes investidores, principalmente os bancos e pessoas que buscariam no dólar, no ouro, em imóveis e mercadorias preciosas uma nova fonte e a segurança de seus lucros. Mas, na medida em que o IPMF for aprovado, o Governo sairá dessa posição, desfavorável e poderá falar alto com os especuladores, deixando ou reduzindo o lançamento de títulos e reduzindo, de qualquer forma, o estoque da dívida interna.

Ao invés de endividar-se cada vez mais, como ocorre hoje, o Governo poderá ditar suas próprias regras para o mercado, eliminando os atravessadores, combatendo a ganância e resguardando o patrimônio da Nação.

A alternativa, ninguém se iluda, é tenebrosa. Sem esse ajuste fiscal, o Governo vai quebrar, para alegria dos que vêm auferindo lucros fabulosos e transferindo esses ganhos para bancos seguros, no exterior, à vista do caos social que se avizinha. Isso porque a arrecadação não é suficiente, sequer, para despesas obrigatórias com a máquina administrativa e investimentos inadiáveis em transporte, educação, saúde e energia.

Trago, finalmente, a esta tribuna, o artigo do *Jornal do Brasil* a que me referi no início deste pronunciamento, e que me foi trazido, na forma de recorte, pelo sempre atento e patriótico Senador Bello Parga. Leio-o, agora, para ciência da Casa:

"VERDADES E MENTIRAS SOBRE O IPMF

JORNAL DO BRASIL VERDADES E MENTIRAS SOBRE O IPMF

João Dias Neto

O empresariado brasileiro, basicamente o paulista e o banqueiro está gritando pelo Brasil afora contra a instituição do IPMF, sob as mais diversas alegações, entre as quais destaco as mais citadas: o IPMF vai reduzir emprego; o IPMF vai gerar inflação.

Não é verdade que o IPMF vai reduzir emprego. Muito pelo contrário, pois grande parte dos recursos do imposto serão destinados à construção civil (construção de casas populares), onde serão criados milhares de empregos diretos naquela atividade. Não é verdade que o IPMF vai gerar inflação. Muito pelo contrário, como veremos a seguir.

A equação básica do nível de preços, cuja variação é a inflação, criada por Fischer, na Teoria Quantitativa da Moeda, tem a seguinte construção. $M.V = P.Y$, ou melhor, $P = M.V/Y$, onde M = montante da moeda em circulação; V = velocidade de circulação dessa moeda; P = nível de preços; Y = nível da renda. Ora, então o montante da moeda em circulação (M) e a velocidade de circulação dessa moeda (V) são fatores fundamentais e diretos na formação do nível de preços (P) da economia.

Assim, na medida em que a criação do IPMF vai inibir a movimentação de moeda entre os vários bancos em razão da redução de transferências bancárias da

emissão de cheques e de seu desconto, têm-se os seguintes reflexos diretos: várias operações deixariam de ser feitas, como transferências de moeda entre bancos que reduziria a velocidade de circulação da moeda (V); muitos cheques deixariam de ser emitidos e descontados nos bancos, reduzindo o volume de moeda escritural da economia (depósito a vista), o que acarretaria queda no montante global da moeda (M) da economia.

Tem-se, então, que a velocidade de circulação da moeda (V) e o montante de moeda em circulação (M) da economia seriam reduzidos, o que equivaleria à redução do nível de preços (P), de vez que a renda (Y) não seria alterada. O efeito psicológico é peça fundamental no comportamento da sociedade consumidora. No caso de o IPMF criar movimentos de rebeldia, a sociedade teria resistências a emitir cheques e descontá-los. Dessa forma, a intensidade do efeito psicológico da sociedade vai determinar a intensidade da redução no montante da moeda (M) e da velocidade de circulação da moeda (V). Quanto maior o efeito psicológico contra o IPMF, maior a redução e, portanto, maior a queda dos níveis de preços (inflação).

Poderia até ser imaginado que a criação indesejável desse novo imposto seria amplamente compensada pela significativa redução da inflação. Um exemplo para melhorar esse entendimento, considerando uma inflação mensal hipotética da ordem de 30% ou, grosso modo, 1% ao dia, seria o seguinte. Um cliente compra numa loja uma mercadoria, digamos, por Cr\$1.000.000,00 emitindo um cheque equivalente. A loja paga a seu fornecedor, com o mesmo cheque. O fornecedor, por seu lado, paga a seu outro fornecedor com o mesmo cheque, e assim por diante.

Nessa hipótese, digamos que o cheque demorasse 30 dias para ser descontado no banco. Assim, o emissor do cheque deixaria o dinheiro (Cr\$1.000.000,00) no Fundo de Aplicação Financeira (FAF) com resgate automático. No final de 30 dias, numa inflação de 1% ao dia, ele teria Cr\$1.300.000,00 em sua conta. Descontado o cheque de Cr\$1.000.000,00, emitido para pagamento da mercadoria, restariam em sua conta Cr\$300.000,00. Portanto, o preço da mercadoria não teria sido de Cr\$1.000.000,00 para o comprador. Como restaram Cr\$300.000,00 na sua conta, numa inflação hipotética de 30% ao mês, os Cr\$300.000,00 representariam Cr\$230.770,00, no dia da compra da mercadoria. Então, a mercadoria teria custado, na verdade, Cr\$1.000.000,00 menos Cr\$230.770,00, isto é, Cr\$769.230,00.

Resultaria, assim, que o processo inflacionário poderia ser contido, pois, na medida em que seu cheque não fosse descontado de imediato, haveria remuneração adicional em sua conta corrente, reduzindo o preço final da mercadoria. Quando esse cheque fosse descontado, o emissor pagaria Cr\$2,50 de IPMF (alíquota de 0,25% sobre Cr\$1.000.000,00). Ora, seria muito pouco quando o mesmo estivesse ganhando 30% ao mês, em razão de seu cheque ter passado de mãos em mãos, antes de ser descontado. Teria assim, um ganho líquido, já descontado o IPMF, de Cr\$230.767,50 (Cr\$230.770,00 - Cr\$2,50).

Poderia ser questionado, naturalmente, o repasse do IPMF aos preços da mercadoria. É lógico que isso

iria acontecer, porém não na magnitude propagada pelos empresários, pois, com a redução dos descontos dos cheques, a incidência do imposto a ser repassada aos preços seria bastante reduzida. Caso o lojista deposite o cheque ao invés de transferi-lo ao seu fornecedor imediatamente, sua perda será maior em razão de o cheque ter sua compensação em 48 horas, isto se o cheque for de banco da mesma cidade do lojista. A perda, nesse caso, seria de 1% ao dia.

As estatísticas disponíveis mostram que o PIB brasileiro gira 12 a 13 vezes por ano. Grosso modo, poderia ser dito que ele gira uma vez por mês, ou seja, a renda do país gira, em média, uma vez a cada 30 dias. É o mesmo que dizer que a cada 30 dias a renda anual de todos os brasileiros, em média, gira uma vez. Dessa forma, a cada 30 dias essa renda seria taxada com uma alíquota de 0,25% de IPMF. Numa inflação hipotética de 30% ao mês, essa incidência seria insignificante. Ainda mais quando se atenta pelo alcance social e econômico dos recursos do IPMF, criando emprego, reduzindo inflação e sonegação.

Um reflexo verdadeiro trazido pelo IPMF, que é o ponto principal na contestação dos banqueiros é, logicamente, o fato inquestionável da redução das operações bancárias. Isto porque, na medida em que diminuem os descontos bancários, reduzem-se, também, os depósitos à vista, minguando, assim, o montante de moeda disponível para empréstimos bancários, o que traria sensíveis reduções de seus fáceis lucros. Outra questão verdadeira é o temor demonstrado pelo empresariado, entre outros segmentos da sociedade, quanto às informações que deverão ser criadas pelo IPMF.

De posse dessas informações, a Secretaria da Receita Federal terá instrumentos para verificar todas as contas fantasmas existentes no sistema bancário, bem como as contas bancárias representativas do chamado "Caixa 2" das empresas (sonegação). Para isso, bastará que a fiscalização reúna todas as contas de um mesmo cliente e verifique se todas elas foram acolhidas regularmente pela contabilidade da empresa. Se não tiverem sido, é sonegação pura e simples. Este é o temor principal. Resta, finalmente, uma pergunta: quem ganha e quem perde com o IPMF?

Poderíamos dizer que os ganhadores serão o governo (recursos para o Tesouro Nacional e informações para fiscalização) e o consumidor (possibilidade de ganhos extras). Poderíamos dizer que os perdedores serão os banqueiros (que perdem gordos lucros), os contribuintes sonegadores (que poderão ser identificados) e a inflação (que poderá ser reduzida).

• Economista, auditor-fiscal do Tesouro Nacional

Sr. Presidente, o artigo do Sr. João Dias Neto, economista, Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, põe por terra toda a argumentação daqueles que se posicionam contra a criação do IPMF. Ao contrário do que afirmam os oponentes, não é um tributo inflacionário nem vai sacrificar os assalariados, porque quem ganha até 10 salários mínimos terá redução equivalente, no valor da contribuição social; os aposentados também terão os seus proventos aumentados em 0,25%,

para compensar a incidência do IPMF em seus proventos; e assim por diante.

O arguto e objetivo articulista, acima de tudo, desnuda as maiores forças contrárias ao novo tributo: banqueiros, empresários e pessoas que sempre auferiram na sonegação seus lucros assombrosos. E chega a ser risível a acusação de que os preços subiriam imediatamente, se o IPMF vier mesmo a ser instituído. Desde quando os tubarões da economia precisam de pretextos para aumentar insensatamente suas tabelas? Todos os preços acusam aumentos diários, sem qualquer explicação ou motivo lógico!

Os números e a realidade não têm contestação, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

E os números e a realidade do Brasil, hoje, indicam que algo terá de ser feito, com urgência, para melhorar a arrecadação, combater a sonegação e armar o Governo para enfrentar as pressões diárias em torno das taxas de juros, que se refletem na malsinada ciranda financeira que faz fortunas escusas e empobrece a sociedade como um todo.

Essa mudança está no Ajuste Fiscal, que o Senado certamente aprovará nesta semana, depois de ouvir o Ministro da Fazenda na sessão prevista para amanhã.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Continua em discussão a Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1993.

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

A votação da matéria será feita oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — **Item 6:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Moisés Abrão, que altera a redação do parágrafo 2º do art. 2º e do parágrafo 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, tendo

Parecer favorável, sob nº 370, de 1992, da Comissão

— de Assuntos Econômicos.

A matéria constou da sessão ordinária de 17 de fevereiro último, quando foi adiada para a presente sessão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo. (Pausa.)

S. Exª não se encontra em plenário.

Tem a palavra o nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: o dia de hoje é consagrado internacionalmente à mulher: é o Dia Internacional da Mulher.

Embora seja um assunto quase que de florilégio, porque a própria mulher se compara muito bem a uma flor, eu não gostaria que passasse despercebida da tribuna desta Casa essa eventualidade tão significativa e importante para toda a humanidade.

É uma justa homenagem que se presta a essas companheiras dedicadas que, saindo, inclusive, do natural do seu

feito, estão lado a lado conosco em todas as atividades, desenvolvendo uma energia e um esforço que não deveria ser para elas.

Mulher, na minha modesta concepção de cantor das musas, plangendo as cítaras fidalgas, deveria, todas as tardes, era tomar chazinho, se perfumar, se embonecar e se preparar para receber os senhores seus maridos, ou seu bem-amado ou aquele que para ela significa todo o universo.

No entanto, a mulher, hoje em dia, a pobre da mulher, lá está ela batalhando até em minas de carvão, em fábricas, em repartições, em instituições as mais diversificadas, e o mais importante é que ela extrapolou a sua capacidade de ser a grande **mater**, ou a esposa, a filha, e vem nos prestar ensinamentos e ampliar, com os seus dotes e o seu esforço, a capacidade intelectual que antigamente era quase que um atributo exclusivo dos homens.

As mulheres, no campo jurídico, estão se agigantando. Visitando essas procuradorias que existem por aí, as consultorias jurídicas, até os tribunais, lá estão aquelas pareceristas admiráveis, as advogadas competentes, batalhando no Fórum, descobrindo os meandros da lei, apontamentos importantes e fundamentais para a solução dos problemas dos homens.

No campo da medicina, vestida com a sua veste branca e talar, lá está a mulher fazendo operações, cortando camadas da carne humana, pinçando artérias, quase que violentando a sua sensibilidade de escol para salvar vidas, porque circunstâncias da vida moderna assim o exigiram e dela prementemente querem que aconteça. A mulher moderna atua também no campo da engenharia, da arquitetura, e até mesmo nas atividades rústicas. Lembro-me bem que as mulheres do Amazonas foram as primeiras varredoras de rua que vi neste País. Eram elas as primeiras a espalhar, com aquelas vassouras de fibras tersas a folhagem que se espalhava sobre as pedras-jacaré e os paralelepípedos das ruas largas de Manaus. Fardadinhas, todas as noites, lá estavam elas a varrer as ruas. Oriundas das camadas operárias, onde eram responsáveis pela multiplicação de uma população cabocla incumbida de mostrar a face e o valor também e a existência viva daquela região e desta Nação, eram admiráveis.

O Desembargador Artur Virgílio do Carmo Ribeiro, pai do ex-Senador Artur Virgílio e avô do ex-Prefeito de Manaus, Artur Virgílio Neto, num dos seus discursos na Academia Amazonense de Letras, referiu-se à, "mulher, esposa, filha e mãe", e discorria sobre a esposa, essa companheira dileta que nos acompanha nos momentos bons e maus da vida e está sempre solidária, sempre fiel e sempre companheira, para nos dar força espiritual e física, a fim de que possamos enfrentar as jornadas da vida, a mulher-filha e a mulher-mãe. Digo com ele: — Ai de nós se não tivéssemos a esposa ao nosso lado para tonificar os nossos nervos, dar fibra à nossa alma, consolidar a nossa mente, tranquilizar a nossa vontade e a nossa paciência! Ai de nós se ficássemos sem a presença feminina, que é aquele bálsamo perfumado que ajuda a fazer com que o homem se sinta realmente o representante bíblico de Adão!

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Aureo Mello, V. Exª me concede um aparte?

O SR. AUREO MELLO — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Aureo Mello, permita-me associar-me ao discurso de V. Exª, quando homenageia a mulher, neste dia a ela dedicado, esse ser que é a razão

da existência de toda a Humanidade. Esta data deveria ser lembrada e cultuada em todas as casas legislativas do País e quicá, do mundo, porque a existência do ser humano depende, sem sombra de dúvida, da mulher. Já dizia mestre Capiba, em seus versos: "Em uma mulher não se bate nem com uma flor". Quero, pois, cumprimentar V. Ex^a por essa brilhante e justa homenagem que presta a essa criatura — mãe, esposa, filha — que tanta contribuição tem prestado em todos os campos da sociedade, em favor do desenvolvimento de toda a Humanidade. Muito obrigado.

O SR. AUREO MELLO — Muito obrigado.

As palavras de V. Ex^a, vindas não só do eminente Líder do Partido majoritário nesta Casa, o PMDB, mas também da experiência e da vivência de um médico ilustre que o é V. Ex^a, de um lutador de tantos recantos, de regiões diversificadas deste grande País, são um complemento perfeito para tentarmos falar a respeito da mulher.

Com todo respeito a ela, na sua grandeza intrínseca e na serenidade com que vai caminhando, como que em transe para cumprir a sua missão e obedecer às determinações que a vida lhe atribui. A filha meiga e carinhosa, motivo de alegria de todos nós nos momentos em que chegamos cansados dos nossos afazeres e que vem, às vezes, com sua algaravia infantil, com a sua fala que é por assim dizer um vocabulário *sui generis* e criativo, especial e precioso fazer com que se dissipe o mau humor de seu pai e ela criando originais palavras, puxando as meias que os sapatos maltratadores deixaram sob os pés cansados, quantas vezes tombam no meio da sala porque nem forças têm para tirar as meias do papai.

E o vocabulário? E as "tomeigas", e as "telemisões" e as palavras criadas naquele universo infantil, e a companhia que tantas vezes nos fazia no carro, indo conosco ao banco, indo a qualquer lugar. E o filho? Garoto endiabrado, tentando cobri-la de cascudos. Mas, a filha lá estava sempre vinculada ao pai, com aquela sedução natural, aquela atração que se pode dizer quase *electriana*, fazendo com que seja ela uma secretária-mirim e uma companheira de todos os instantes. E, quando cresce, é ela que vem trazer um novo filho à companhia do seu genitor e que vem trazer uma nova neta, um novo neto para alegrar e oxigenar o coração do homem ou do avô naquela eventualidade.

Mãe, na sua grandeza, já o foi quando éramos pequenos, cuidando e velando por nós. De minha parte, por exemplo, D. Elvira Mello, salvando-me, naquela hora já narrada aqui neste plenário, do jacaré quase engolindo Aureo Mello. Imaginem o que V. Ex^a iriam perder, Srs. Senadores... A remo, tocou o jacaré para o fundo e salvou a vida daquele curumim, para a decepção do Senador Cid Sabóia de Carvalho, que é do lado do jacaré... E, em outras ocasiões, a mãe ia perder — como diria Nero: "Que artista o mundo ia perder!" E, depois, nos momentos de febre, de angústia, de aflição, velando, firme, ao nosso lado, em todos os instantes, tomando a testa molhada do seu filho, a temperatura daquele que ela gerou, cuidando para que ele sobrevivesse para cumprir a sua missão.

A mulher, na sua aparente fraqueza, é mais forte, sem dúvida, muitas vezes, do que o próprio homem. Ela ainda encontra forças para, dentro de casa, organizar aquele verdadeiro jogo de xadrez que é o sistema doméstico que ali existe, que nós, homens, não podemos nem olhar, porque aquilo nos mexe com os nervos, nos irrita, nos paulifica. E a batalha das cozinhas e das copas também é vencida por ela. Como

na repartição, ela vence com a mesma sobrançeria e idêntica força a batalha da cultura, da capacidade, da serenidade e da paciência, que nem sempre o homem consegue chegar lá.

Hoje, portanto, é o Dia Internacional da Mulher. Que a mulher seja bela! Que a mulher deslumbrasse o homem! Que a mulher seja esse conjunto estético que reúne todas as belezas do mundo e coleciona todas as graças da natureza! Pássaro canoro, falando num gorjeio, para que os ouvidos se deleitem mais do que com qualquer música delicada que seja proferida e arrancada da alma dos estetas.

Mulher, brava, airosa, caminhando nas ruas, reivindicando problemas, amando e sendo amada, profunda nos seus ideais, tendo sempre na frente uma estrela, porque a mulher sempre sonha com esferas que estão além da simples limitação dos nossos braços e pensamentos.

A ela, sim, neste Dia Internacional da Mulher, quer esteja ela na sociedade, quer esteja na repartição, quer sendo uma simples e humilde faxineira limpando os corredores do Senado ou, quem sabe, as pocilgas de algum lugar de acesso difícil, quer ela seja uma mulher da rua ou uma simples personalidade de qualquer canto ou recanto, onde as cidades existem e as multidões se aglomeram.

Neste dia, realmente, nós, os homens, trazemos a nossa devoção, o nosso carinho, a nossa gratidão, o nosso muito admirar. Quem seríamos nós, pobres infelizes de nós, tristes daqueles solitários que não têm uma mulher a quem recorrer nos momentos de solidão e de ternura, nos momentos de carência de amor, porque a mulher é a cornucópia justamente que derrama, com moedas de ouro, toda aquela gama de bondade que se faz imprescindível para a sobrevivência de qualquer um.

E se ela é áspera nas suas reações, às vezes, se ela grita e agride em determinadas ocasiões, não podemos fazer outra coisa a não ser sorrir amigamente e amá-la cada vez mais, porque o que dela vem é produto da crença de estar fazendo por nós aquilo que o buril faz pelo granito, ou o que o aço rijo faz pelo diamante bruto: é a lapidação, o aperfeiçoamento para que sejamos ante ela a estátua perfeita, quer do "Pensador", de Rodin — que, por sinal, dizem que não era de autoria dele aquela estátua e sim de sua mulher — ou então a jóia que deslumbrasse o coração e entoe musicalidades em sua alma.

Falando, eu, aqui diante do meu Geraldo Guedes, diante do meu ex-Governador, Djaci Arruda, do meu Líder Ronaldo Aragão, do meu Presidente, Chagas Rodrigues, sobre a mulher, que grande evento e que grande oportunidade!

Como poderia deixar de ser eternamente grato a este Senado, de cores quase violeta, que dá oportunidade a que nós, aproveitando os pássaros prisioneiros no peito e na garganta que porventura tenhamos trazido da selva Amazônica, possamos nos referir ao ser mais nobre, ao complemento mais perfeito, à síntese mais admirável das coisas belas e profundas da terra, no seu Dia Internacional, e aqui proclamamos na mais santa das demagogias.

Obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador João França.

O SR. JOÃO FRANÇA (PFL — TO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores a questão das terras indígenas é indissociável da legítima expectativa — comum a todos os brasileiros — de que o País persiga e encontre o seu almejado desenvolvimento.

Decerto, como prescrito na Lei Fundamental, devem ser preservados os direitos originários dos índios, sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Contudo, sobreleva o imperativo de que essa notável conquista, em face de erros do Poder Público na demarcação de limites, não venha a inviabilizar o crescimento de cidades e de estados, ou se contrapor ao anseio de progresso de suas populações, também protegidas pela Constituição.

Essa, em síntese, a motivação de nossa Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1992, na qual, a partir do pressuposto de que a demarcação das terras indígenas deve ser defendida pelo que contém de respeito à cultura de seus habitantes e de solidariedade ao índio brasileiro, já condenávamos o processo de fixação dos limites das reservas.

Muitas vezes, o Poder Executivo, mediante simples portaria, dita as linhas demarcatórias, à margem do interesse do País e subserviente a pressões internacionais mal-intencionadas. Por observar esse método inadequado, especialmente na questão Ianomâmi, termina instituindo reservas indígenas em áreas de fronteira, ofendendo princípios de segurança observados em todo o mundo.

A par disso, torna inviável a exploração econômica nas áreas de reserva, eliminando qualquer possibilidade de que venham a contribuir para o nosso desenvolvimento. O recomendável, portanto, seria que o Executivo, sobretudo nos casos de demarcação de terras indígenas em áreas de fronteira, submetesse a medida oficial à deliberação do Congresso.

A nossa iniciativa intenta alcançar esse objetivo, promovendo alterações no inciso XVI do artigo 49 e no caput do artigo 231. Acolhida a emenda pelos Plenários das duas Casas, competiria ao Congresso Nacional aprovar, de forma prévia, as medidas governamentais concernentes à 'demarcação' das terras indígenas, e autorizar não só a exploração e o aproveitamento dos recursos hídricos, mas também a pesquisa e a lavra de riquezas minerais nelas eventualmente contidas.

Continuariam reconhecidos aos índios os seus costumes, línguas, crenças e tradições, a sua organização social e direitos sobre as terras originalmente ocupadas, deferindo-se à União a competência para demarcá-las, para protegê-las e para fazer respeitar os bens nelas encontrados, sujeitando o ato demarcatório à apreciação do Legislativo.

Justificávamos, naquela oportunidade, que o Parlamento tem a função precípua de exercer a fiscalização dos atos do Poder Executivo, com o fim superior de manter o necessário equilíbrio do sistema de freios e contrapesos; consagrado pelo Estado de Direito e característico dos regimes democráticos.

Adicionar prerrogativas ao Congresso Nacional é um ato de responsabilidade política, completando o rol da preceituação constitucional destinada a limitar a ocorrência de excessos do Executivo. Desse elenco, os exemplos mais comuns estão na competência para apreciar o decreto declaratório do estado de defesa, para sustar os atos exorbitantes do poder regulamentar e da delegação legislativa, e para fiscalizar e controlar a atuação daquele Poder, nas suas administrações direta e indireta.

Lembrávamos, a propósito, que Francisco Campos, pronunciando-se sobre o tema, interpretava que "a garantia das garantias constitucionais, em nosso regime, aquela sem a qual as outras nada são, a garantia suprema, o 'freio dos freios', é incontestavelmente o princípio da limitação dos poderes".

Acreditamos que, inexistindo maior controle parlamentar sobre o problema da demarcação, como determina a Proposta, assistiremos à continuidade dos graves desacertos na condução

dessa política e à repetição de atos governamentais que se entrecrocavam ou anulam, numa babel de portarias e decretos no mais das vezes incompreensíveis para a gente comum. No caso presente, observa-se que a legislação, conquanto confusa, milita em favor da injustificável expansão das reservas indígenas.

Pelo Decreto de 19 de abril de 1991, o Presidente da República declarou insubsistente a demarcação administrativa da terra dos índios ianomâmis; e revogou a autorização para o exercício de atividade de garimpagem na área. Deixaram de produzir efeitos os Decretos de números 97.512 a 97.521, todos de 16 de fevereiro de 1989, determinando-se, em consequência, a revisão do processo de demarcação, no prazo máximo de seis meses.

Referiam-se esses Decretos aos Municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Mucajaí e Caracará, correspondendo às áreas indígenas dos uauaris, uaiacás, surucucu, cutaíba, palimiu-theré, ericó, acapural, mucajaí, jundiá e catrimani, integradas na posse imemorial do grupo ianomâmi. Nessas cidades do nosso Estado, e em outras três do Amazonas, a terra ocupada equivalia a mais de 9 milhões e 419 mil hectares de superfície, e a mais de 3 mil quilômetros de perímetro, aproximadamente.

Concluídos os trabalhos do grupo técnico designado para promover a revisão do processo administrativo de demarcação das terras ocupadas pelos índios ianomâmis, o Presidente da República, pelo Decreto de 25 de maio do ano passado, estabeleceu aqueles limites em mais de 9 milhões e 600 mil hectares, e em mais de 3 mil e 300 quilômetros. O acréscimo, como se vê, foi superior a 180 mil hectares, e a 300 quilômetros, respectivamente.

O Presidente Sidney Possuelo, da FUNAI, acredita que a demarcação e homologação da terra ianomâmi teve o mérito de garantir "àquele povo ancestral o necessário tempo para entender a realidade que o cerca", e tempo também para que a sociedade alcance a compreensão de que os indígenas participam de uma humanidade diferente da nossa. Essa última, julga o indianista, "subjugou os índios, impondo um triste rito de passagem que resultou na expulsão de grupos ancestrais de um pleno estado de equilíbrio ecológico e sociocultural, relegando-os a miseráveis condições de vida".

O escritor João M. Mattos, ao revés, entende que o tema da demarcação de terras, "para o uso e fruição do povo ianomâmi, vem sendo tratado em um nível emocional tão elevado" que impede um exame estritamente científico da questão. As demarcações, como estão sendo feitas, partem do pressuposto de que "um grupo social pode ser conservado isolado, após contato com outros grupos sociais, em diferentes estágios de desenvolvimento. Bastaria, nesse caso, escolher uma área suficientemente grande, destinando-a à reserva de caça". Daí a conclusão da FUNAI de destinar uma área equivalente a três Holandas, a uma população 1400 vezes menor do que a daquele País.

Ante essa constatação, o autor enfatiza que "reservas muito grandes lembram segregação, e não se consegue segregar populações humanas sem graves riscos". Se somos todos brasileiros, cada qual contribuindo para edificar uma Nação próspera, não há que subtrair da legítima exploração econômica parte substancial de seu território, nem deixar de respeitar o "princípio fundamental de coesão nacional".

Sobre o assunto, afirmávamos, em pronunciamento de novembro do ano passado, que Roraima tem hoje uma população indígena em torno de 20 mil índios. A maioria é aculturada e perfeitamente integrada à comunidade local, partici-

pando ativamente, com os demais habitantes, das atividades econômicas, sociais e políticas.

Julgávamos inaceitável, por isso, a criação de um "Estado índio autônomo", na Amazônia, abrangendo 28 áreas indígenas e reservas biológicas habitadas por 5 mil indígenas de 14 tribos, conforme preconizado por uma certa "Federação de Povos Indígenas". Concretizada a idéia, esse "Estado" seria dirigido, de fato, por garimpeiros e madeireiros, interessados, mediante o suborno dos caciques, em explorar as riquezas naturais existentes na reserva.

Assim, também, não nos parece correto que 250 mil índios detenham 100 milhões de hectares de terras — uma área do tamanho da França —, correspondendo à décima parte de todo o território pátrio. Apenas em Roraima, os indígenas ocupam 46 por cento da superfície total do Estado, e, na região Norte, são os senhores da maior parte das províncias minerais. Tudo isso em frontal oposição às recomendações do Estado Maior das Forças Armadas — EMFA, segundo a qual evidencia-se muito extenso o território demarcado pelo Governo para os índios ianomâmis.

Se é condenável o comportamento radicalizado de falsos ecologistas e defensores da causa indígena, defendendo a prática de demarcações abusivas e a preservação indiscriminada do meio ambiente, num e noutro caso à margem de qualquer sintonia com o interesse maior da Nação, também o é a criação de reserva indígena, nos moldes observados.

Impõe-se, portanto, que o Presidente Itamar Franco promova a imediata revogação do indigitado Decreto, do anterior Governo, e determine a realização de estudos mais atentos para a demarcação de nossa reserva, levando-se em conta, primordialmente, a realidade e as aspirações do Estado de Roraima.

Na etapa seguinte, acolhida como esperamos a Proposta de Emenda Constitucional nº 6/92, o Congresso Nacional assumiria a responsabilidade e pelo estabelecimento das reservas indígenas, somando-a aos deveres constitucionais já previstos de conceder autorização, ouvidas as comunidades afetadas, para o aproveitamento dos recursos hídricos e dos potenciais energéticos, e para a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, além de pronunciar-se, *ad referendum*, sobre a remoção de grupos silvícolas, em caso de catástrofe ou epidemia que os ameacem, ou sobre o prévio assentimento a esse traslado, quando o impuser a defesa da soberania nacional.

Reafirmamos, Sr. Presidente, para encerrar, a nossa firme oposição a medidas que, além de desatenderem aos verdadeiros interesses da causa indígena, ameaçam erguer intransponíveis barreiras à vigorosa luta dos roraimenses, na justa persecução do desenvolvimento do novíssimo e promissor Estado.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

OSR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores em outubro de 1992, abordei, desta tribuna, os graves problemas que vinham acontecendo no Pólo Petroquímico de Camaçari. Referia-me, na ocasião, aos acidentes de trabalho provocados pelo envelhecimento dos equipamentos das indústrias daquele centro petroquímico. Lamentava que, de tão frequentes, já ensejavam a existência de uma sinistra bolsa de apostas informal, em meu Estado, na qual se buscava adivinhar onde

ocorreria a próxima explosão de caldeira ou vazamento de produto tóxico.

Lembrava, ainda, que as dificuldades econômicas vividas pelas empresas estavam não só impedindo a realização de investimentos na renovação e manutenção adequadas dos equipamentos ligados à segurança do trabalho e no treinamento dos empregados, como também estavam ensejando práticas perversas dos que menosprezam a vida humana, uma vez que é mais fácil, num ambiente recessivo e de queda de emprego, exigir dos operários o trabalho em situações de alta periculosidade.

Finalmente, exigia condições mínimas de segurança para os trabalhadores de Camaçari, propugnando pela responsabilização das empresas que ali operam e das autoridades às quais incumbe a fiscalização do cumprimento das normas de segurança no trabalho, bem como conclamando pela apuração rigorosa dos acidentes já ocorridos e apelando às empresas no sentido de que se lançassem em uma campanha para pôr fim a tantos acidentes, muitos deles com vítimas fatais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não tenho notícia de providências para melhorar das condições de segurança de trabalho no Pólo Petroquímico de Camaçari.

O que chega a meu conhecimento, isso sim, são mais notícias desalentadoras sobre o descumprimento de normas de segurança no âmbito da produção de equipamentos para a indústria petroquímica, de acordo com documentos encaminhados pela Associação dos Engenheiros Profissionais da PETROBRÁS.

Refiro-me especificamente à Portaria nº 164, de agosto de 1991, pela qual o Ministério da Justiça criou o Certificado de Conformidade, emitido pelo INMETRO — Instituto Nacional de Normalização, Metrologia e Qualidade Industrial, em caráter compulsório, para todos os equipamentos elétricos destinados a uso em atmosferas explosivas.

Aqui cabe uma explicação. Atmosfera explosiva é a classificação que se dá aos locais onde são estocados, manipulados ou processados gases inflamáveis — o que é comum na indústria petroquímica —, criando a probabilidade do aparecimento de mistura explosiva.

Os equipamentos elétricos destinados a esses ambientes requerem construção especial, que proporciona um isolamento entre a centelha que venha a ocorrer em seu interior e a atmosfera explosiva existente ao seu redor.

Caso não haja o isolamento, a centelha fará a ignição da atmosfera explosiva, e o resultado será uma explosão de graves conseqüências.

Até o advento da Portaria nº 164/91, o fabricante de equipamentos elétricos para utilização em atmosferas explosivas submetia seus produtos a um único teste, chamado de ensaio de propagação, pelo qual verificava se o equipamento poderia suportar uma explosão ocorrida em seu interior, sem permitir que ela se propagasse no ambiente, o que causaria um grande incêndio nas instalações.

A partir desse teste, o fabricante obtinha um Certificado, que não era obrigatório nem tinha data de validade. Em função disso, ainda hoje, para alguns produtos, são utilizados certificados obtidos há mais de vinte anos, além de serem comuns casos de falsificação de certificados, ou de certificados emitidos por entidades não credenciadas para fazê-lo, com base em ensaios incompletos, feitos nas instalações dos próprios fabricantes.

Com a Portaria nº 164/91, que passou a vigorar seis meses após sua publicação, em fevereiro de 1992, os fabricantes

têm de entregar seu produto a laboratórios credenciados pelo Inmetro, os quais, além do ensaio de propagação, realizam mais treze ensaios diferentes para verificar se o equipamento elétrico atende a todas as normas técnicas necessárias ao trabalho em atmosferas explosivas.

Caso o equipamento passe nos testes, o Inmetro emite o Certificado de Conformidade, obrigatório para a comercialização de equipamentos elétricos para uso em atmosferas explosivas.

O certificado atesta que o equipamento atende às normas técnicas nacionais e internacionais mais recentes, garantindo a segurança para as instalações e para a vida dos trabalhadores.

Antes da edição da Portaria nº 164/91, estávamos sujeitos à falsificação de marcas e produtos; a equipamentos testados com base em normas de segurança ultrapassadas; e nossos produtos não eram reconhecidos no mercado internacional.

Os testes são realizados em laboratórios totalmente aparelhados, independentes da estrutura do fabricante e do cliente, garantindo, portanto, um laudo imparcial.

O modelo adotado para o nosso Certificado de Conformidade é o mesmo utilizado na Europa. Em conseqüência, devido ao padrão de qualidade exigido para que os equipamentos sejam aprovados, alguns fabricantes brasileiros persistem em vender seus produtos sem cumprirem essa determinação legal.

Por incrível que pareça, tanto alguns fabricantes quanto alguns usuários consideram a certificação um luxo desnecessário, um entrave que aumenta o preço do produto e emperra o andamento dos negócios.

Devido à pequena adesão das empresas às normas em questão, o Inmetro emitiu, em outubro de 1992, a Carta nº 692, na qual introduz, implicitamente, modificações na Portaria nº 164/91, ao decidir que apenas os equipamentos lançados após a data de sua entrada em vigor devem ser certificados com base nela. No caso de equipamentos lançados anteriormente, cria-se um cronograma de adaptação, vigente até 1996.

A justificativa para as novas medidas é compatibilizar a necessidade de aumentar a qualidade e a segurança com um programa de trabalho que não inviabilize os mercados produtor e consumidor de equipamentos que atuam em atmosferas explosivas.

Ora, o Inmetro não pode aceitar o descumprimento de uma portaria do Ministério da Justiça, com base apenas na resistência de um pequeno número de fabricantes. Aliás, o setor de fabricação destes equipamentos constitui-se num verdadeiro oligopólio, com um número pequeno de empresas controlando o mercado e recusando-se a atender a normas modernas de segurança dos equipamentos.

As alegações dos fabricantes para não se submeterem à Portaria nº 164/91 são inconsistentes. A edição da portaria foi antecedida de sete anos de estudos, seminários e publicações, às quais todos tiveram amplo acesso, não cabendo o argumento de que o prazo de 6 meses concedido pela portaria para a adaptação dos fabricantes às novas normas fosse pequeno.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, segurança no trabalho não é um luxo! É preciso coibir esse capitalismo selvagem cuja ânsia desenfreada de lucro não mede riscos, pouco se importando com o custo em vidas humanas de suas falhas e insucessos.

Esse é um caso concreto em que o Ministério da Justiça e o Inmetro devem adotar as medidas que melhor convenham ao interesse nacional, à proteção da vida, da saúde, do patri-

mônio e do meio ambiente, combatendo as que atendam aos interesses pouco defensáveis daqueles que relutam em obedecer a normas de segurança comprovadamente eficazes, de cunho internacional.

Nesse sentido, estou dirigindo requerimento de informações ao Ministério da Justiça, solicitando esclarecimentos sobre o encaminhamento que está sendo dado à questão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, estive com o Prefeito de Rolim de Moura, Valdir Raupp, e com o ex-Governador Ângelo Angelin, durante mais ou menos 10 dias, percorrendo os municípios do sul do Estado de Rondônia. Podemos constatar, nesses municípios, a total ausência do Governo estadual. É um descaso o que a administração estadual está praticando deliberadamente com a população desses municípios.

Estivemos em Corumbiara, visitando a Prefeitura. Anteriormente, havíamos nos encontrado com o Prefeito no Município de Vilhena, que estava se dirigindo para Brasília, atrás de recursos para o seu município, pois já estava cansado de esperar por ajuda do Governo do Estado. Tivemos oportunidade de fazer uma reunião na Câmara Municipal, onde dialogamos com a comunidade e pudemos constatar que o povo do Município de Corumbiara pede pouco ao Governo e, mesmo assim, seus pedidos não têm retorno.

Nessa reunião com os vereadores e o povo, constatamos também que o povo já está fazendo a sua parte, como sempre o fez. Falta ao Governo de Rondônia fazer a sua, pois não está fazendo. O que está ocorrendo é que o Governo está discriminando os municípios cujos prefeitos foram eleitos pelos partidos de oposição. É um governo de meia dúzia. Não está governando Rondônia: está concentrando alguns recursos nos municípios onde os seus apadrinhados e áulicos, que são poucos felizes, têm a administração na mão.

O presidente da Câmara Municipal de Corumbiara e seus Vereadores, bem como o Prefeito, não têm medido esforços para sensibilizar aqueles que têm o dever e a obrigação de atender ao Estado de Rondônia como um todo, e não somente a alguns municípios. O Governo de Rondônia é um desgoverno.

Fomos a Cerejeira, onde o desgoverno de Rondônia, deliberadamente, está prejudicando o município, esquecendo-se o Governador de Rondônia de que está sacrificando e punindo o povo de Cerejeiras, que não se dobrou, nem vai se dobrar aos caprichos mesquinhos e pequenos do Governo do Estado. O Prefeito de Cerejeiras, homem simples, mas corajoso e destemido e que tem o apoio do povo do município, jamais se dobrará à mesquinhez do Governo de Rondônia.

Tivemos a oportunidade de conversar com o povo bom, simples e humilde de Cerejeiras e constatamos ali a vontade de crescer e de ajudar no desenvolvimento do município, apesar dos entraves que o Governo do Estado lhe está impondo, através daqueles que, com sua pequenez e mesquinhez, só pensam em atrapalhar o crescimento e desenvolvimento de uma administração que tem compromisso com os pequenos e pobres sem prejudicar ninguém. Apesar do desgoverno que se instalou em Rondônia, o Município de Cerejeiras vai crescer.

Nessa nossa visita aos municípios do sul do Estado, fomos a Cabixi, onde nos reunimos com o Prefeito, Vereadores e lideranças locais. Travamos com eles um debate democrático e salutar sobre sistema de governo, discussão onde imperou o respeito às posições de cada um. Constatamos também o descaso do Governo do Estado com esse município, que também é aliado do Palácio Getúlio Vargas. O Governo de Rondônia é um verdadeiro acinte à população do Estado.

No Município de Colorado do Oeste, o Prefeito, com sua juventude e dinamismo, como é peculiar aos prefeitos dessa região, tem procurado, de todas as maneiras, levar ao povo aquilo a que ele tem direito, apesar da má vontade e o descaso com que o Governo está tratando todos os municípios de oposição do Estado de Rondônia.

É contra esse estado de mesquinhez política e administrativa que estamos trazendo ao conhecimento desta Casa o que tem feito o Governo do meu Estado para encobrir a sua incompetência. O desgoverno que se instalou em Rondônia está querendo inviabilizar as administrações municipais de oposição. Mas, apesar disso, vamos em frente; vamos construir uma Rondônia grande e forte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, nada em nosso mundo surgiu e se desenvolveu sem um investimento energético. Sem energia não haveria cozimento dos alimentos, não haveria iluminação, não haveria transportes de pessoas, bens e alimentos. A energia aquece, ilumina, move, transporta. Todos os bens existentes demandam energia na produção e no transporte. A História da Civilização bem que poderia ser periodizada em função da fonte de energia utilizada, tendo assim como marcos: a força humana, a tração animal, a força hídrica, a da máquina a vapor, a energia elétrica, a radiativa e outras por vir.

No curso dessa história, a partir do século XIX ganhou relevo o petróleo, usado então, principalmente, para iluminação e em segundo plano para combustível. Nessa época o querosene era o seu subproduto mais valioso. O resto era combustível. E por mais incrível que possa parecer, era jogada fora a parcela gasolina, considerada, então, um explosivo perigoso. Foi no século XX, com o advento do automóvel, que surgiu a grande revolução: a descoberta do motor de explosão em substituição à tração animal.

O petróleo, um tipo de energia exaurível, é cada vez mais utilizado. Dele se aproveita absolutamente tudo. O que inicialmente era desperdiçado ou queimado hoje é matéria-prima da indústria petroquímica. Elementos queimados por décadas nas chaminés das refinarias constituem-se hoje em importantes componentes do nosso cotidiano. A importância atual da indústria petroquímica é cada vez maior. Nos países do Primeiro Mundo já não se pensa no petróleo como prioridade de energia de transporte. Os países europeus conseguem total eficiência no aproveitamento do consumo energético. Assim, apenas parte do petróleo é destinada a transporte por meio da gasolina, diesel e lubrificante.

É evidente que a atual concepção de aproveitamento petrolífero reflete a busca de compensações entre desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Existe hoje nesses países a consciência de que não há desenvolvimento, quando os bene-

fícios de um projeto são anulados por efeitos negativos sobre a saúde e a qualidade de vida. Nesse aspecto é oportuno transcrever aqui as palavras de Antonio Gregório Gaidanich em seu estudo "Combustível, a Ameaça do Encarecimento".

"Ao contrário de que muitos pensam, os países ricos já não fazem questão de refinarias como já não fazem questão de fábricas de celulose, pois são poluentes e sujas. Preferem importar os produtos já refinados, deixando a poluição e sujeira no Terceiro Mundo".

Todavia, nossos problemas em relação à produção e o consumo do petróleo ainda não alcançaram esse discernimento. No Brasil, o interesse do consumidor e os interesses nacionais ainda não saíram plenamente do papel para a ação. Estamos próximos de vivenciar processos socio-econômicos já experimentados há mais de 20 anos em grande parte do mundo. É preciso, pois, proteger o interesse do Brasil, enquanto nação e do brasileiro enquanto consumidor. Nesse sentido, Sr. Presidente, permita-me lembrar, de forma concisa, o ciclo completo de etapas por que passa o ouro negro. Antes de ser usado, o petróleo deve ser prospectado, extraído, transportado, refinado, distribuído e revendido.

Conforme já é do conhecimento público a produção do petróleo é monopólio do Estado. O monopólio estatal estabelecido em 1953, fazia da Petrobrás a única prospectora, extratora, importadora e refinadora de cru no País. Malgrado a intenção e os esforços da Petrobrás de setores da opinião pública e da política nacional, a distribuição ficou fora do monopólio. Assim o ramo do petróleo situa-se com características muito distintas na economia brasileira. Conquanto a produção seja monopólio do Estado, a distribuição de venda no atacado é oligopolizada por 6 empresas, 4 das quais multinacionais. A venda no varejo, isto é, a revenda, é feita por 25.000 empresas de pequeno e médio portes. As distribuidoras atacadistas vendem parte do produto refinado diretamente ao consumidor. A legislação do antigo CNP definia que o grande consumidor era aquele que era atendido pela distribuidora. Os demais consumidores eram atendidos pelos revendedores, tais como, postos de gasolina e os Transportadores Revendedores Retalhistas (TRR), que entregam diesel, óleo combustível e querosene a consumidores localizados, tais como: granjeiros, condomínios, hospitais etc. Esse atendimento ao pequeno consumidor, ou venda a varejo, é feito pelos postos revendedores. Esse ponto de venda recebe vários nomes: posto de abastecimento (PA), quando só abastece, postos de serviço (PS), quando, além do abastecimento, têm outros serviços — lavagem, troca de óleo etc. Os postos de revenda constituem-se em verdadeiro elo de ligação com a sociedade consumidora. No entanto, Sr. Presidente, é esse um dos pontos vulneráveis na cadeia que vai da produção ao consumo do petróleo, pois não são tranqüilas as relações entre atacadistas e varejistas, pelo contrário, podemos dizer que há uma verdadeira luta de bastidores entre os dois segmentos.

Nossa posição aqui é de apoio às propostas da Federação Nacional de Comércio Varejista de Combustíveis e das Empresas de Garagens, que reivindicam melhores margens de remuneração. Os postos de gasolina vêm sofrendo uma defasagem de remuneração em relação aos custos, que já alcança a impressionante percentagem de 60%. Em razão disso, os postos vêm recorrendo a empréstimos bancários que cada vez agravam mais as suas situações deficitárias. É importante evitar essa descapitalização por que vêm passando os revendedores, visto que eles ocupam importante papel nessa cadeia.

Os revendedores empregam cerca de 300 mil pessoas que se constituem em mão-de-obra de baixa qualificação que se reduzida, em razão dessas referidas dificuldades por que passam os postos, aumentaria o desemprego, nesta época já tão recessiva. Por todas essas razões, Sr. Presidente, o problema da baixa margem de lucro na revenda dos combustíveis precisa ser resolvida. Ele envolve uma questão de segurança nacional de preservação de mercado de trabalho, e de justiça para com os trabalhadores dessa área.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência comunica que, em virtude do comparecimento do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Eliseu Resende, ao plenário desta Casa, na sessão de amanhã, não serão designadas matérias para a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 40 minutos.)

**ATA DA 242ª SESSÃO,
EM 18 DE NOVEMBRO DE 1992
Retificação**

Na página 9173, 2ª coluna, na fala da Presidência, referente à prejudicialidade do Requerimento nº 819/92;

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — O Requerimento nº 47/92, lido no Expediente, fica prejudicado, em virtude da falta de **quorum** para votação.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — O Requerimento nº 819/92, lido no Expediente, fica prejudicado, em virtude da falta de **quorum** para votação.

ATOS DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 160, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 018.535/92-5, resolve:

Nomear RAUL BELENS JUNGMAN PINTO, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Beni Veras.

Senado Federal, 5 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 161, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.812/93-2, resolve:

Designar TERESO DE JESUS TORRES, Assessor Parlamentar, DAS-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, Parte Especial, para substituir o Senhor Consultor-Geral, no período de 11-2-93 a 2-3-93, durante o afastamento do titular em gozo de férias.

Senado Federal, 5 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 162, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1.282/92-1, resolve:

Alterar o Ato desta Presidência nº 354, de 1992, publicado no DCN, Seção II, de 16-9-92, para considerar o servidor Moacyr Oliveira Ramalho, matrícula 1098, aposentado no cargo de Especialista em Indústria Gráfica Legislativa/Técnicas, Classe Especial, Padrão III/M22, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal.

Senado Federal, 5 de março de 1993. — **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 163, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1.354/92-2, resolve:

Alterar o Ato desta Presidência nº 363, de 1992, publicado no DCN, Seção II, de 23-9-92, para considerar o servidor ALCIONILIO TITO PEREIRA, matrícula 1605, aposentado no cargo de Especialista em Administração Legislativa/Técnicas, Primeira Classe, Padrão I/M16, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal.

Senado Federal, 5 de março de 1993. — **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena - PMDB - PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues - PSDB PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias - PTB - MS

1º Secretário

Júlio Campos - PFL - MT

2º Secretário

Nabor Júnior - PMDB - AC

3º Secretário

Júnia Marise - PRN - MG

4º Secretário

Nelson Wedekin - PDT - SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia - PDT - RN

Lucídio Portella - PDS - PI

Beni Veras - PSDB - CE

Carlos Patrocínio - PFL - TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Lourenberg Nunes Rocha

Vice-Líderes

Valmir Campelo

Jonas Pinheiro

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Aureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PDS**Líder**

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC**Líder**

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA - CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Nelson Carneiro
Vice-Presidente: Maurício Corrêa

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Wilson Martins
Antonio Mariz		Ajuizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho		César Dias
José Fogaça		Garibaldi Alves Filho
Mansueto de Lavor		Divaldo Suruagy
Nelson Carneiro		Nabor Júnior
Pedro Simon		Ronaldo Aragão
Alfredo Campos		João Calmon
	PFL	
Josaphat Marinho		Henrique Almeida
Francisco Rollemberg		Hydekêl Freitas
Carlos Patrocínio		Júlio Campos
Odacir Soares		Lourival Baptista
Elcio Álvares		Meim Filho
	PSDB	
Eva Blay		Chagas Rodrigues
Jutahy Magalhães		Teotônio Vilela Filho
Beni Veras		Almir Gabriel
	PTB	
Luiz Alberto		Vaga cedida p/ o PST (*)
Valmir Campelo		Lourenberg Nunes Rocha
	PDT	
Magno Bacciar		Pedro Teixeira
	PRN	
Júnia Marise		Áureo Mello
	PDC	
Amazonino Mendes		Motés Abrão
	PDS	
Esperidião Amin		Jarbas Passarinho
	PSB + PT	
José Paulo Bizol		Eduardo Suplicy
	PST	
		Enéas Faria (*)

Secretária: Vera Lúcia Lucena Nunes - Ramal 3972 e 3937
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Almir Gabriel
Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Alfredo Campos
Antonio Mariz		Flávio Mello
César Dias		Irapuã e Costa Júnior
Cid Sabóia de Carvalho		José Fogaça
Divaldo Suruagy		Mansueto de Lavor
Garibaldi Alves Filho		Nabor Júnior
Wilson Martins		Nelson Carneiro
João Calmon		Ron Tito

Ronaldo Aragão
Onofre Quinan

Pedro Simon
Coutinho Jorge (*)

PFL

João Rocha
Guilherme Palmeira
Odacir Soares
Hydekêl Freitas
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

Dario Pereira
Ávaro Pacheco
Bello Parga
Meira Filho
Lourival Baptista
Elcio Álvares

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

Mário Covas
Teotônio Vilela Filho
Eva Blay

PTB

Mariuce Pinto
Vaga cedida p/ o PST (*)
Jonas Pinheiro

Valmir Campelo
Luiz Alberto
Levy Dias

PDT

Lavoisier Maia
Pedro Teixeira

Nelson Wedekin
Magno Bacciar

PRN

Ney Maranhão
Áureo Mello

Vago
Albano Franco

PDC

Epitácio Cafeteira

Amazonino Mendes

PDS

Lucídio Portella

João França

PSB + PT

Eduardo Suplicy

José Paulo Bizol

PST

Enéas Faria (*)

Secretário: Luiz Cláudio de Brito - Ramal 3515/16
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas
Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Raimundo Lira
Vice-Presidente: Ruy Bacciar

Titulares		Suplentes
	PMDB	
(Vaga cedida para o PT)		Amir Lando
Ajuizio Bezerra		Antonio Mariz
César Dias		Cid Sabóia de Carvalho
Mansueto de Lavor		Divaldo Suruagy
Nabor Júnior		Wilson Martins
José Fogaça		João Calmon
Ronano Tito		Onofre Quinan
Ruy Bacciar		Pedro Simon
Ronaldo Aragão		Humberto Lucena

PFL

Guilherme Palmeira
Meim Filho
Raimundo Lira
Henrique Almeida
Dario Pereira
João Rocha

Odacir Soares
Bello Parga
Júlio Campos
Ávaro Pacheco
Elcio Álvares
Josaphat Marinho

Mário Covas José Richa Beni Veras	PSDB	Fernando H. Cardoso (*) Almir Gabriel Chagas Rodrigues	Jarbas Passarinho	PDS	Lucídio Portella
Affonso Camargo Valmir Campelo Levy Dias	PTB	Lourenberg Nunes Rocha Jonas Pinheiro Marluce Pinto	Vaga cedida para o PMDB (*)	PSB + PT	Vago
Nelson Wedekin Lavoisier Maia	PDT	Darcy Ribeiro Pedro Teixeira	Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ramais: 3496 e 3497 Reuniões: Quintas-feiras, Às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546		
Júnia Marise Albano Franco	PRN	Vago Ney Maranhão	(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações	COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI (23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Júlio Campos Vice-Presidente: Mário Covas	
Moisés Abrão	PDC	Gerson Camata		Titulares	Suplentes
Esperidião Amin	PDS	Jarbas Passarinho			
Eduardo Suplicy	PT			PMDB	
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 3515/3516/4354/3341. Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344					
(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações					
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE (19 Titulares e 19 Suplentes) Presidente: Irupuna Costa Júnior Vice-Presidente: Lourival Baptista					
Titulares		Suplentes			
Aluizio Bezerra Irupuna Costa Júnior Nelson Carneiro Pedro Simon Ronaldo Aragão Ronan Tito Humberto Lucena (*)	PMDB	Antonio Mariz Flaviano Melo João Calmon José Fogaça Nabor Júnior Ruy Bacelar	Dario Pereira Henrique Almeida Lourival Baptista Júlio Campos Hydekel Freitas	PFL	Raimundo Lira Elcio Álvares Josephat Marinho Odacir Soares Meira Filho
Marco Maciel Guilherme Palmeira Lourival Baptista Álvaro Pacheco	PFL	Francisco Rollemberg Josephat Marinho Raimundo Lira Hydekel Freitas	Teotônio Vilela Filho Mário Covas Fernando H. Cardoso (*)	PSDB	Beni Veras Jutahy Magalhães José Richa
José Richa Chagas Rodrigues	PSDB	Jutahy Magalhães Eva Bley	Mariuce Pinto Lourenberg N. Rocha	PTB	Levy Dias Vaga cedida p/ o PST (*)
Jonas Pinheiro Marluce Pinto	PTB	Levy Dias Valmir Campelo	Pedro Teixeira	PDT	Lavoisier Maia
Pedro Teixeira	PDT	Darcy Ribeiro	Ney Maranhão	PRN	Áureo Mello
Albano Franco	PRN	Júnia Marise	Gerson Camata	PDC	Epitácio Cafeteira
Moisés Abrão	PDC	Epitácio Cafeteira	João França	PDS	Lucídio Portella
			Eduardo Suplicy	PSB + PT	José Paulo Bizol
				PST	Enéas Faria (*)
			Secretário: Celso Antony Parente - Ramais 3515 e 3516 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286 (*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações		

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**(27 Titulares e 27 Suplentes)****Presidente: Louremberg Nunes Rocha****Vice-Presidente: Coutinho Jorge****Titulares**

Alfredo Campos
Juvêncio Dias
Flaviano Melo
Garibaldi Alves Filho
João Calmon
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Humberto Luceaa
Amir Lando

Josaphat Marinho
João Rocha
Meira Filho
Álvoro Pecheco
Júlio Campos
Bello Parga

Almir Gabriel
Teotônio Vilela Filho
Eva Bley

Suplentes**PMDB**

Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho
Irapuan Costa Júnior
Nelson Carneiro
Wilson Martins
Ronaldo Aragão
Ronan Tito
Ruy Boçelir
Vago

PFL

Dario Pereira
Odacir Soares
Francisco Rollemberg
Guilherme Palmeira
Carlos Patrocínio
Henrique Almeida

PSDB

Mário Covas
Beni Veras
José Richa

PTB

Louremberg Nunes Rocha
Jonas Pinheiro
Levy Dias

Luiz Alberto
Mariuce Pinto
Vaga cedida p/ o PST (*)

PDT

Darcy Ribeiro
Lavoisier Maia

Pedro Teixeira
Nelson Wedekin

PRN

Áureo Mello
Júnia Marise

Ney Maranhão
Albano Franco

PDC

Amazonino Mendes

Gerson Camata

PDS

Jarbas Passarinho

Esperidião Amin

PST

Enéas Farias(*)

Secretária: Mônica Aguiar Inocente -
Ramal 3496/3497/3321/3539

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

SEÇÃO II (Senado Federal)

Seção de Remessas Postais - 311-3728

Seção de Cobrança - 311-3803

Os pedidos devem ser acompanhados de Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Obs.: O CEGRAF não receberá Cheque via carta para efetivar assinaturas.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências (D.O. de 16-7-90)

Legislação correlata

Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)

Índice temático

Lançamento
Cr\$ 1.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições
Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º
andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160
- Brasília, DF - Telefones 311-3578 e
311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

- Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnoldo Wald*
A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppe da Costa*
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*
Controle parlamentar da administração – *Odete Medauar*
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Ademar Ferreira Maciel*
O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*
Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*
A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*
Conceito de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*
Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*
Bem de família – *Zeno Veloso*
Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*
"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edivaldo M. Boaventura*
A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*
Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – *Dr. Daniel E. Moeremans*
La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio M^a Loça Navarrete*

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas – Senado
Federal – Anexo I, 22º andar –
Praça dos Três Poderes. CEP
70160-900 Brasília. DF. Telefones
311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil - *Alcides de Mendonça Lima*

Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - *André Franco Montoro*

Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - *Jorge Miranda*

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - *Inocência Mártires Coelho*

Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - *Leomar Barros Amorim de Sousa*

Revisão constitucional - *Geraldo Aialiba*

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - *Sebastião Baptista Alfonso*

Mandado de injunção - *Marcelo Duarte*

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - *Fran Figueiredo*

Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - *Vitor Rolf Laubé*

A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - *Geraldo Brindeiro*

Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais - *Anamaria Vaz de Assis Medina*

Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução - *Rosinethe Monteiro Soares*

Soberania do Poder Judiciário - *Antônio de Paula Ribeiro*

O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

A Escola Judicial - *Sávio de Figueiredo Teixeira*

Da constitucionalidade do bloqueio de valores - *Adriano Perácio de Paula*

O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - *Marcos Jurueña Villela Souto*

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - *Werter R. Faria*

Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - *Mauro Márcio Oliveira*

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - *José Arthur Rios*

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - *Rubem Nogueira*

PESQUISA - Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978

Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 - NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho - *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos - *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro - *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira - *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 - *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988; subsídios para os comparatistas - *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais - *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 - *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição - *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandato de segurança contra ato judicial - *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito do processo de extradição, indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição - *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal - *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos - *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay

sobre o Direito do Mar - *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa - *Marcelo Varejão*

"Ermächtigung" : proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito - *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci - *Ronaldo Poletti*

A filiação ilegítima e a constituição de 1988 - *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança - *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens - *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: "declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento" - *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente - *Hugo Negro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? - *José Pitas*

A arte e o obsceno - *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 - *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! - *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn - *Luis Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado - CGA 470775.